

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
CAMPUS ANÁPOLIS DE CIÊNCIAS SÓCIO-ECONÔMICAS E HUMANAS  
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO, LINGUAGEM E  
TECNOLOGIAS

**O GRUPO ESCOLAR PADRE TRINDADE DE ANÁPOLIS/GO:  
TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES (1953-1973)**

Alda Franciele Gomes Alves

**ANÁPOLIS-GO**

**2019**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
CAMPUS ANÁPOLIS DE CIÊNCIAS SÓCIO-ECONÔMICAS E HUMANAS  
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO, LINGUAGEM E  
TECNOLOGIAS

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO:  
PROCESSOS EDUCATIVOS, LINGUAGEM E TECNOLOGIAS

**O GRUPO ESCOLAR PADRE TRINDADE DE ANÁPOLIS/GO:  
TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES (1953-1973)**

Alda Franciele Gomes Alves

**ANÁPOLIS-GO**

**2019**

**ALDA FRANCIELE GOMES ALVES**

**O GRUPO ESCOLAR PADRE TRINDADE DE ANÁPOLIS/GO:**

**TEMPOS E ESPAÇO ESCOLARES (1953-1973)**

Dissertação apresentada ao Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias da Universidade Estadual de Goiás – UEG, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, Linguagem e Tecnologias.

Área de concentração: Processos Educativos, Linguagem e Tecnologias.

Linha de pesquisa: Educação, Escola e Tecnologias.

**Orientadora: Profa. Dra. Sandra Elaine Aires de Abreu.**

**Anápolis-GO**

**2019**

Alves, Alda Franciele Gomes

O Grupo Escolar Padre Trindade de Anápolis/Go:

Tempos e Espaço escolares (1953-1973) / Alda Franciele Gomes

Alves – Anápolis, 2019. 00 f. : il; 0 cm.

Orientador: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Sandra Elaine Aires de Abreu.

Dissertação (Mestrado MIELT – Mestrado em Educação, Linguagem e Tecnologias) – Universidade Estadual de Goiás, Campus

Anápolis de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas – Anápolis, 2019.

1. Grupo Escolar. 2 Tempos. 3 Espaços. I. Abreu, Sandra Elaine Aires de. II Título.

**O GRUPO ESCOLAR PADRE TRINDADE DE ANÁPOLIS/GO:  
TEMPO E ESPAÇO ESCOLARES (1953-1973)**

Esta dissertação foi considerada aprovada para a obtenção do título de Mestre em Educação, Linguagem e Tecnologias pelo Programa de Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias da Universidade Estadual de Goiás – UEG, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Banca examinadora:

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sandra Elaine Aires de Abreu (Universidade Estadual de Goiás – UEG)  
Orientador (a) / Presidente.

---

Prof. Dr. Sóstenes Cezar de Lima (Universidade Estadual de Goiás – UEG)  
Membro interno.

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rosa Fátima de Souza (Universidade Puc de São Paulo - UNESP DE MARILIA).  
Membro externo.

Anápolis-GO, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Dedico este trabalho ao meu padrasto Vilmar Candido Garcia (*in memoriam*), que durante o processo deste, lutou contra uma doença terminal, e mesmo assim sempre me incentivou a continuar. À minha mãe, mulher, forte e altruísta, tal como nunca conheci igual, minha vida. E a minha orientadora, que para mim se tornou uma pessoa ímpar e insubstituível.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente a Deus que me deu condições intelectuais, físicas e emocionais para concluir este trabalho.

Agradeço a incansável dedicação da minha orientadora Dr<sup>a</sup>. Sandra Elaine Aires de Abreu, sem a qual, não haveria meios possíveis de chegar até aqui.

Agradeço, também a minha mãe por sempre estar ao meu lado e sempre me incentivar a continuar, entendo que sem esse apoio moral e emocional não conseguiria.

Ao meu esposo, Júnior César que muito me incentivou e apoiou durante o processo de finalização deste trabalho. Foi para mim, uma base emocional.

Agradeço, ainda as amizades ímpares que fiz tanto dos colegas que se sentaram ao meu lado para aprender, quanto aos que se sentaram a nossa frente para nos ensinar. Houve momentos que sem essas amizades, que carrego comigo, não seria possível suportar.

Meus sinceros agradecimentos a Prof. Dr<sup>a</sup>. Rosa Fátima de Souza, que prontamente se dispôs a ler e contribuir com este trabalho.

Agradeço as contribuições valiosas do Prof. Sóstenes Cezar de Lima, que sem tais, não poderia prosseguir.

Agradeço ainda a Prof. Vânia Borges Arantes, que muito contribuiu e me ajudou no processo de revisão deste trabalho.

*A escola foi, no imaginário republicano, signo da instauração da nova ordem,  
arma para efetuar o Progresso.*

Marta M<sup>a</sup> Chagas de Carvalho

## **RESUMO**

ALVES, Alda Franciele Gomes. O Grupo Escolar Padre Trindade de Anápolis/Go: Tempos e Espaço escolares (1953-1973). 2019. 00 f.

Dissertação Mestrado MIELT – Mestrado em Educação, Linguagem e Tecnologias, Universidade Estadual de Goiás - UEG, Anápolis-GO, 2019.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sandra Elaine Aires de Abreu.

Defesa: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

A presente dissertação se propõe a abordar como foi a constituição e a organização dos tempos e espaços do Grupo Escolar “Padre Trindade”. O período delimitado para a pesquisa vai de 1953 a 1973, a seleção destas datas, não são arbitrárias, pois o ano de 1953 diz respeito ao ano de fundação da instituição como Grupo Escolar, e o ano de 1973, diz respeito ao último ano de existência da instituição enquanto Grupo Escolar. O aporte teórico utilizado para o desenvolvimento deste, perpassa pelas teorias de Souza (1998); Viñao (2000); Abreu (2015) e entre outros. Propõe-se, neste, um estudo sobre esta instituição de ensino, bem como o registro do seu passado, por meio das categorias de análises, tempos e espaços escolares.

### **Palavras-chaves:**

História da Educação. Tempos e Espaços escolares. Grupo Escolar.

## **ABSTRACT**

ALVES, Alda Franciele Gomes. The School Group Padre Trindade de Anápolis/Go: Times and Schools Spaces (1953-1973). 2019. 00 f.

Dissertation Master's Degree MIELT – Mestrado em Educação, Linguagem e Tecnologias, Universidade Estadual de Goiás - UEG, Anápolis-GO, 2019.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sandra Elaine Aires de Abreu.

Defesa: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

The present dissertation attempts to approach the constitution and organization of the times and spaces of the School Group, "Padre Trindade". The period delimited for the research goes from 1953 to 1973, the selection of these data are not arbitrary, since the year 1953 refers to the year of foundation of the institution as a School Group, and the year 1973 refers to the last year of existence of the institution as a School Group. The theoretical support used to development it goes through the theories of Souza (1998); Viña (2000); Abreu (2015), among others. It is proposed in this study on this educational institution, as well as the registration of its past, through the categories of analyzes, times and school spaces.

### **Keywords:**

History of Education. Times and School Spaces. School Group.

## Sumário

<b>Introdução</b> .....	15
<b>Capítulo I – A arquitetura temporal e espacial dos grupos escolares: e sua criação no Brasil</b> .....	35
Introdução.....	35
<b>1.1 Os grupos escolares no Brasil: São Paulo como modelo para Goiás e a organização espacial e temporal dessas unidades de ensino</b> .....	37
<b>1.2 As leis e regulamentos de implantação dos grupos escolares em Goiás</b> .....	42
<b>1.2.1 Os tempos nas Leis e regulamentos do ensino primário do Estado de Goiás</b> .....	43
<b>1.2.2 Os Espaços nas Leis e regulamentos do ensino primário do Estado de Goiás</b> .....	47
<b>1.2.3 Divisão dos conteúdos e seus tempos</b> .....	51
<b>1.2.4 Os múltiplos tempos escolares</b> .....	56
<b>1.2.5 Os tempos e espaços escolares como meios disciplinares</b> .....	58
<b>1.3 a implantação dos grupos escolares em Anápolis-Go</b> .....	60
<b>CAPÍTULO II – O Grupo Escolar Padre trindade</b> .....	63
Introdução .....	63
<b>2.1 A criação do grupo escolar “Padre Trindade”</b> .....	67
<b>2.1.1 O espaço do Grupo Escolar “Padre Trindade”</b> .....	70
<b>2.1.2 O corpo docente e administrativo do grupo escolar “Padre Trindade”</b> ....	75
<b>2.2 Os dispositivos legais da equipe escolar</b> .....	77
<b>2.2.1 Normativas do trabalho docente</b> .....	77
<b>2.2.2 Normativas do trabalho gestor</b> .....	84

2.3 Os registros do Grupo Escolar “Padre Trindade” .....	88
2.3.1 O livro de exercício do corpo docente.....	89
2.3.2 As atas de reuniões pedagógicas.....	90
2.3.2.1 Orientações sobre o tempo e o espaço dentro da categoria administrativa.....	91
2.3.2.2 Orientações sobre o tempo e o espaço dentro da categoria pedagógica.....	93
<b>CAPÍTULO III – o tempo escolar.....</b>	<b>96</b>
Introdução.....	96
3.1 O tempo escolar do grupo escolar “Padre Trindade.....	101
3.1.1 Dias letivos.....	101
3.1.2 Semestres.....	104
3.1.3 Férias.....	105
3.1.4 Feriados / Dias festivos.....	107
<b>Considerações finais.....</b>	<b>113</b>
<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>117</b>
<b>Apêndices.....</b>	<b>121</b>

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES / TABELAS / QUADROS

Foto 1 – Grupo das professoras em 1955.....	27
Foto 2 – Professoras do turno da manhã em 1955.....	27
Foto 3 – Classe do Pre Primário em 1955.....	28
Foto 4 – Classe do Pre Primário em 1955.....	28
Foto 5 – Classe do 1º ano em 1955.....	29
Foto 6 – Classe do 1º ano adiantado em 1955.....	29
Foto 7 – Classe do 1º ano adiantado em 1955.....	30
Foto 8 – Classe do 2º ano em 1955.....	30
Foto 9 – Classe do 3º ano em 1955.....	30
Foto10–Grupo de professoras no dia do encerramento do ano letivo em 1956.....	31
Foto11-Grupo de professoras no dia do encerramento do ano letivo em 1956.....	31
Foto 12 – Classe do 2º ano em 1966.....	31
Quadro I – Ingresso e permanência na escola primária em Goiás – 1925/1961.....	45
Quadro II – Evolução dos conteúdos na legislação goiana entre 1918 a 1949.....	52
Quadro III – Divisão dos conteúdos por série 1925.....	55
Imagem 1 - Decreto 8.538 de 02 de fevereiro de 1925.....	57
Imagem 2 - Decreto 8.538 de 02 de fevereiro de 1925.....	57
Imagem 3 - Decreto 8.538 de 02 de fevereiro de 1925.....	57
Imagem 4 - Decreto 8.538 de 02 de fevereiro de 1925.....	58
Imagem 5 - 1ª sede do Grupo Escolar 1926.....	61
Tabela I - Número de crianças em idade escolar, que sabem ler e escrever e número de alunos do Grupo escolar entre os períodos de 1953 a 1957.....	64
Figura1- Foto do Secretário da Educação do Estado de Goiás em 1953.....	69
Figura 2 - Fachada do Grupo Escolar “Padre Trindade” 1955.....	71
Figura 3 - Prédio próprio do Grupo Escolar “Padre Trindade” – 1955.....	72
Figura 4 - Prédio próprio do Grupo Escolar “Padre Trindade”. Imagem lateral – 1955.....	72

Figura 5 - Planta baixa do Grupo Escolar “Padre Trindade”, feita pela pesquisadora a partir das imagens encontradas nos arquivos do atual Colégio Estadual “Padre Trindade” .....	73
Figura 6. Planta baixa do atual Colégio Estadual “Padre Trindade” .....	74
Quadro IV. Relação de nomes das diretoras do Grupo Escolar “Padre Trindade” 1953 a 1973.....	76
Quadro V – Meses letivos / meses de férias na legislação goiana entre 1918 a 1961.....	97
Quadro VI – Dias letivos do Grupo Escolar “Padre Trindade” de 1953 a 1973.....	102
Quadro VII – Semestres do Grupo Escolar “Padre Trindade” de 1953 a 1973.....	104
Quadro VIII – Férias do Grupo Escolar “Padre Trindade” de 1953 a 1973.....	105

## Introdução

No cenário da Primeira República brasileira, temos um número expressivo de homens, mulheres e crianças escravizadas que recentemente passam à condição de homens livres, visto que a abolição traz consigo a esperança de tirar o país de uma escuridão escravagista (CARVALHO, 1989), para um futuro luminoso de liberdade. Mas na verdade, relevou-se num problema social ainda maior, porque agora, os muitos homens que dormiram escravos, acordam no dia seguinte, como homens livres deixados à própria sorte, sem qualquer planejamento educacional ou social.

Para o dia seguinte da liberdade que despovoaria os campos pelo delírio dos libertados, meio inconsciente, cujo primitivismo os manteria na escravidão social, ainda hoje não abolida. A displicência dos governos despreocupou-se de defender o trabalho livre, garantia da produtividade nacional, no momento em que a alucinação da alforria houvesse, como houve, de se encaminhar para a vadiagem. A palavra dos pregadores da abolição, se proclamou criaturas livres, não as adestrou para as imposições da liberdade (A ESCOLA REGIONAL, 1931 apud CARVALHO, 1989, p.11).

Tem-se ainda, uma grande massa de homens brancos em extrema pobreza, despossuídos, e uma imigração muito forte que trazia consigo os seus próprios conceitos e valores, imigrantes que desconheciam o vernáculo do país, a sua história e a sua cultura, o que antes era visto como possibilidade de “aprimoramento da raça brasileira passa a ser visto como ameaça ao caráter nacional” (CARVALHO, 1989, p.40). Nesse mesmo ínterim, tem-se uma considerada massa de homens tanto negros libertos quanto homens brancos, que migram para as cidades de maneira desordeira e numerosa, em busca de novas oportunidades, aspirando uma vida de liberdade, o que resultou num empobrecimento estético e higiênico da nação (CARVALHO, 1989). Esse cenário de degradação, cada vez mais presente no cotidiano da nação, contradizia os ideais defendidos e divulgados pelo projeto

republicano. Nesse sentido, organizar, higienizar e disciplinar a população das cidades apresentavam-se como questões fundamentais (SOUZA, 1998).

$\frac{3}{4}$  dos brasileiros vegetam miseravelmente nos latifúndios e nas favelas das cidades, pobres párias que, no país do nascimento, perambulam como mendigos estranhos, expatriados na própria pátria, quais aves de arribação de região em região, de cidade em cidade, de fazenda em fazenda, desnutridos, esfarrapados, famintos, ferreteados com a preguiça verminótica, [...] difundindo sem peia esses males (CARVALHO, 1989, p.20).

O social do Brasil recém-republicano encontra-se em grande desequilíbrio e se estabelece como um grande problema que tem sugado da nação suas potencialidades para o progresso. Não se poderia progredir enquanto nação, com o cenário em que o homem negro livre e o mestiço eram considerados vadios. Além disso, o homem liberto e sua descendência continuaram estigmatizados como seres ignorantes e incultos, portanto, predispostos a vadiagem. Assim, tem-se um país que mais parecia uma babel<sup>1</sup>, dado o contingente de imigrantes presentes e ainda uma considerável massa de homens brancos pobres, que somados, todos estes personagens, só colaboram para a deformação de um país, embora rico, incapaz de vitalizar o organismo nacional e de se constituir como nação (CARVALHO, 1989).

Diante dessa realidade, a escola primária, por meio da criação dos Grupos Escolares, ganha força com a implementação da República – no contexto brasileiro – e passa a ter, segundo Souza (1998), um objetivo, um propósito cívico, moral e estrutural cujo intuito seria a disseminação dos ideais republicanos. Representava mais que um novo local de trabalho, tratava-se da difusão de um novo regime político, um projeto de uma nova sociedade, o tempo e o espaço da formação do indivíduo genuinamente brasileiro e republicano, e é neste contexto que se via a escola primária como mecanismo de formação cívica, moral e instrumental (SOUZA, 1998).

---

<sup>1</sup> Babel, entendida como confusão, mistura de línguas.

Com a Lei Saraiva de 1881, que vedava o direito de voto aos não alfabetizados, e diante do copioso número de analfabetos no Brasil no período republicado, cujo censo da época acusava 85% de analfabetos (IBGE – 1940). Ergueram-se questionamentos em busca de soluções para os problemas nacionais, pois começava a se acreditar que as causas das mazelas sociais, políticas e econômicas do país estavam diretamente ligadas à falta de instrução do povo.

Para alguns reformistas educacionais, como Benjamin Constant, a educação era um dever essencial da sociedade moderna e um direito do cidadão. Os intelectuais republicanos, baseados nos princípios positivistas, mantinham seu discurso na concepção de que a educação é política, é social, transformadora e que conduz ao progresso capaz de transformar o homem na melhor versão de si (NAGLE, 2009).

[...] o maior mal do Brasil contemporâneo é a sua porcentagem assombrosa de analfabetos. [...] o monstro canceroso, que hoje desviriliza o Brasil, é a ignorância crassa do povo, o analfabetismo que reina do norte ao sul do país, esterilizando a vitalidade nativa e poderosa de sua raça (DÓRIA, 1918 apud CARVALHO, 1989, p.40).

A alfabetização do povo passa a ser uma questão de ordem nacional, alfabetizar o povo era fundamental para uma participação ativa na vida política, era, sobretudo, mecanismo de transformação da sociedade. Assim, a escola era vista como uma instituição capaz de transmitir esses ideais republicanos positivistas e implantar no homem uma nacionalidade carregada de valores e de uma nova civilidade (CARVALHO, 1989).

Começava, então, uma luta política que teve uma repercussão muito grande na educação, ou seja, tinha que disseminar o ensino primário em todo país (NAGLE, 2009), para que, por meio da instrução as pessoas deixassem de ser analfabetas. Portanto, estariam aptas para o progresso, o que se vê afirmado na obra de Reis Filho (1995), “A educação e a ilusão liberal”, ao reproduzir uma carta de Caetano de

Campos, “sem o preparo intelectual nenhum povo está apto para as conquistas do progresso, como nenhum povo está armado para as lutas do trabalho” (CAMPOS, 1890 apud REIS FILHO, 1995, p.61). Pois, para Caetano e seus pares, a educação do povo se justificava para garantir-lhes autonomia e autogoverno.

Toda carga de regenerar, promover, organizar, disciplinar esse povo híbrido, recai sobre os ombros da educação, pois para os intelectuais republicanos da época, no Brasil só há um problema nacional – a educação do povo. Portanto, a educação ganha extremo valor para os intelectuais republicanos, para eles a educação tinha um papel social e político muito definido, eram pautados na convicção de que era na educação que habitava a solução dos problemas da nação (CARVALHO, 1989). Educar o povo – no discurso de seus governantes – era mais que um dever, era um interesse, porque a sua independência enquanto cidadão está atrelada a um espírito culto e por meio da educação se cria, revigora e mantém a conquista da liberdade (CARVALHO, 1989).

Neste contexto, vê-se os Grupos Escolares se constituírem, como escola modelo, capaz de ministrar um “ensino primário completo com um programa de ensino enriquecido e enciclopédico utilizando os mais modernos métodos e processos pedagógicos” (SOUZA, 1998, p. 16). Os grupos escolares são escolas primárias que foram arquitetadas desde sua estrutura física até a sua racionalidade pedagógica. Os Grupos Escolares foram, no início da década de 1890, uma nova modalidade de escola primária, que representava a inovação no ensino no país (SOUZA, 1998). Tratava-se de um novo modelo, suas principais características estavam na divisão de classes e dos alunos de acordo com seus níveis de amadurecimentos cognitivos, com ensino simultâneo que implicava numa racionalização curricular, controle e distribuição ordenada dos conteúdos e do tempo, graduação dos programas e estabelecimento de horários (SOUZA; LOPES, 2011). Diferente das Escolas Isoladas, que possuíam uma só turma de alunos, com um só professor, com ensino individual, sem divisão de alunos por nível de conhecimento e

idade, e das Escolas Reunidas, assim classificadas quando houvesse de duas a quatro turmas de alunos e mesmo número de docentes (BRASIL, 1946).

Souza (1998) esclarece como a nova escola primária tornou-se um molde cultural, que ao longo dos séculos circulou por vários países como a França, Inglaterra, Espanha e Estados Unidos. Segundo o autor, o que tempos depois foi o modelo adotado pelos estados brasileiros e que por décadas teve como esse “modelo” de escola primária no Brasil, que foi extinta na década de 1970.

Para um estudo sobre Grupos escolares em Goiás, temos Abreu (2015) que pesquisa, mais especificamente Anápolis, e aponta que os processos de organização vão além de uma nova forma de estruturar a educação. Expõe, ainda que, os grupos escolares, significaram uma estratégia de atuação, “moldando práticas, legitimando competências, propondo metodologias, ou seja, impondo outra prática pedagógica e social aos profissionais do ensino” (ABREU, 2015, p.54).

Essa modalidade de escola graduada (Grupos Escolares) estabeleceu uma nova organização espacial e temporal no ambiente escolar. Quando tratamos de tempos e espaços, percebemos que somos todos nós, resultados/produtos dos tempos e espaços em que vivemos, tempos e espaços que construímos, e que por sua vez nos configuram. O tempo de nascer, o tempo escolar, o tempo de assumir responsabilidades, o tempo da juventude, o tempo da velhice. E os espaços, as habitações em que vivemos, as escolas, os parques, as instituições religiosas e muitos outros, nos ensinam a viver, a ser, a como conviver, a socializar. A racionalidade de cada tempo e de cada espaço em que habitamos nos esculpe o humano que somos (VIÑAO, 2000; MONTTOYA, 1997).

Nos dias atuais – dentre os tempos e espaços mencionados acima – os tempos e os espaços escolares não têm recebido a devida atenção (MONTTOYA, 1997). Pois para nossos contemporâneos estes tempos e espaços se dão / se deram, naturalmente, sem nenhuma perspectiva racional ou nenhuma intencionalidade pedagógica. Contudo, outrora, esses tempos e espaços escolares, foram estruturas projetadas e arquitetadas com uma racionalidade pedagógica estabelecida, para

melhor aproveitamento tanto do tempo quanto do espaço e essa arquitetura temporal e espacial se vê difundida na criação dos Grupos Escolares no país.

Os tempos e os espaços escolares são aspectos que ganham destaque quando falamos de grupos escolares, porque têm uma estreita relação com a forma de ensinar, com o método utilizado, o uso dos tempos e dos espaços escolares nos grupos escolares condicionam a forma de aprender e ensinar (VIÑAO, 2000). Pois esses Tempos e Espaços, não são neutros e vazios em si mesmos, visto que “sempre se aprende em lugares e tempos concretos” e os tempos e os espaços são “determinados e determinam uns nos outros os modos de ensinar e aprender” (VIÑAO, 2000, p.99). A estrutura temporal e espacial da escola nos expressa o tipo de educação que é ensinada nela, qual a metodologia empregada, nos fala como se constitui as hierarquias e como refletem diretamente no processo de ensino e aprendizagem (VIÑAO, 2000; MONTROYA, 1997).

Os tempos escolares são divididos em tempo institucional, cultural e individual. Na perspectiva do tempo institucional, esse tempo oferece diversas configurações como: a) A primeira configuração de relações temporais – de longa duração – tem sua origem na estrutura do sistema educativo como os ciclos, níveis, cursos e ritos de passagens ou exames; b) a segunda, se dá pelos calendários, os cursos, e os anos acadêmicos, com inícios e finais e interrupções festivas; c) a terceira configuração está localizada na intra-história da instituição escolar, como no semestre, quadrimestre, trimestre, mês, semana, dia, manhã e tarde (VIÑAO, 1998). O tempo cultural, que além de tempo escolar é um tempo social em constante construção é “um produto cultural que implica uma determinada vivência ou experiência temporal” (VIÑAO, 1998, p. 5). O tempo individual é um tempo “plural e diverso” não existe apenas um tempo, mas “sim uma variedade de tempos” (VIÑAO, 1998, p. 5).

Essa distribuição dos tempos escolares – diária, semanal e anual – estabelece-se como um dos elementos fundamentais da organização escolar, por ser,

Um aspecto que afeta e que é afetado por outros tais como a distribuição e o uso do espaço escolar, o currículo, o calendário escolar, as teorias em voga sobre os métodos de ensino e a organização escolar, os processos de escolarização – idades, assistência, número de alunos por aula – e profissionalização docente, as funções e destinatários sociais deste ensino ou a disseminação de determinados critérios higiênicos e psicopedagógicos (VIÑAO, 1998, p.6).

Quanto aos espaços, o ensinar e o aprender ocupam um lugar, e em um lugar se ocupa o ensino e a aprendizagem, assim os espaços escolares se definem como espaços privilegiados e legítimos para a circulação do saber. A estrutura física fala por si só e emite mensagens explícitas e implícitas e é o meio transmissor do saber e reflexo da concepção pedagógica (MONTROYA, 1997).

O espaço educacional deve garantir uma estrutura que favoreça e promova as conexões constantes entre as aprendizagens intelectuais e a educação dos indivíduos, o que simultaneamente aponta diretamente para os modelos de organização adotados (MONTROYA, 1997).

Essa organização deve observar alguns critérios de orientação que permitam o uso do espaço de maneira mais adequada, tais como: a) espaços habitáveis, em que se possa usufruir de uma convivência harmônica; um espaço flexível em que se permita aproveitar as atividades educativas; um espaço que garanta as interações sociais existentes no meio escolar; b) O espaço escolar deve ultrapassar os limites das suas funções educativas, e não se deter apenas como um elemento de dominação ou sujeição, mas para que isso ocorra, é necessário o uso de vários espaços por parte dos estudantes e que seja livre para aprender, ensinar e reproduzir o saber; c) Os espaços educacionais em que se operam como as salas de aula, bibliotecas, laboratórios, banheiros, pátios, quadras e outras dependências devem ser conhecidos, explorados e redescobertos, o que requer planejamento das tarefas e atividades a serem desenvolvidas dentro de cada espaço educativo; d) Os espaços e sua organização devem se adequar às exigências do dia a dia e de cada atividade;

e) O espaço escolar deve ser espaçoso, digno, asseado, cuidado, bem iluminado, agradável e estético (MONTROYA, 1997).

Portanto, para as discussões sobre tempos e espaços, utilizaremos Viñao (2000), que discute a arquitetura temporal e espacial, em que os “atores” do processo educativo ocupam os tempos e os espaços escolares. Temos o espaço físico, social, econômico, ideológico do professor, do diretor, do secretário, dos alunos e dos demais funcionários. Da mesma forma, todos esses atores utilizam um tempo escolar, tempo anual, semestral, mensal, semanal e diário, dentro de espaços individuais e coletivos em tempos individuais e em tempos coletivos.

Montoya (1997), traz uma fundamentação teórica e metodológica sobre o espaço escolar, adotou como tarefa descobrir o aspecto espacial da organização escolar, o que para o autor é um aspecto muito esquecido na história da educação.

Logo, se nem os tempos nem os espaços escolares são estruturas destituídas de significado, ou vagas de influência sobre o processo de ensino e de aprendizagem, somos conduzidos ao estudo sobre Os tempos e os Espaços do Grupo Escolar “Padre Trindade” de Anápolis, no período delimitado de 1953 a 1973. Dentro da categoria tempo, elegemos nove classes de tempo, sendo eles: o tempo para matrícula, o tempo da obrigatoriedade, o tempo da permanência, o tempo de ingresso, o tempo de saída, o tempo dos turnos, o tempo semanal, o tempo diário e o tempo de aula.

Justificando se, pois, na perspectiva de que este estudo virá com o intuito de fortalecer a revisão histórica dos Grupos Escolares, tal como o trabalho de Alves (2007), “Política e escolarização em Goiás-Morrinhos na Primeira República”; de Pinto (2009), “No 'coração do Brasil' (1937-1945): a cidade e a escola (re)inventando a nação”; o de Jacob (2016), “Narrativas sobre o primeiro Grupo Escolar do Município de Ouidor-GO” e o de Ferreira (2017), “As instituições escolares de Cachoeira Dourada de Goiás: a interseção entre o público e o privado (1960-1971)”.

Esse estudo certamente contribuirá para a construção da história das instituições escolares, seja em nossa cidade, nosso estado, ou nação, uma vez que,

(...) “não há instituição escolar ou educativa que não mereça ser objeto de pesquisa histórica (...) não há instituição sem história e não há história sem sentido.” (SANFELICE 2007, p. 79).

Portanto, Grupos Escolares, Tempos e Espaços escolares no contexto republicano, é o tema dessa dissertação, que tem por objeto de estudo os Tempos e Espaços escolares no Grupo Escolar “Padre Trindade” de Anápolis-GO, no período de 1953 a 1973. A primeira data refere-se ao ano de fundação da unidade de ensino e a segunda o ano em que a instituição deixou de ser grupo escolar e passou a oferecer o ensino de 1º grau<sup>2</sup>.

Para a investigação dos tempos e espaços escolares no Grupo Escolar “Padre Trindade”, utilizamos a pesquisa documental como nossa principal metodologia. Pois, esse trabalho se inscreveu na concepção historiográfica renovada, precisamente na história cultural, por isso, fizemos recortes temáticos e diversificamos fontes. Diversificação que buscamos no universo documental que a escola produziu e que é pertencente a sua própria cultura, o que, por sua vez nos revela as várias faces de suas relações sociais internas e externas, produzidas pelos atores que atuam de forma direta e indireta na cultura das instituições de ensino. O que de acordo com Mogarro (2005), permite a compreensão de que os documentos escolares trazem em si, informações registradas – independentemente de seu suporte – do reflexo da vida da escola que os produziu, pois,

[...]esses documentos constituem produções múltiplas, que reflectem a própria multidimensionalidade e complexidade das realidades escolares e formativas, assim como a diversidade e pluralidade dos meios de intervenção dos agentes educativos. (MOGARRO, 2005, p. 84)

---

<sup>2</sup> O ensino de primeiro grau era composto de oito séries anuais de 1ª a 8ª série e é atualmente, composto por nove anos do atual ensino fundamental. Que possui uma divisão entre os primeiros anos ou anos iniciais (1º ao 5º) e anos finais (6º ao 9º).

Os documentos escolares têm finalidades diversas, como função informativa para a administração pública, pois a ela podem oferecer informações, como por exemplo, do crescimento no quantitativo de vagas ofertadas, da evasão, das repetências e etc. (BONATO, 2005). Além disso, esses documentos abrem um leque de possibilidades de pesquisa científica sobre a instituição pesquisada. Permitem ainda, um estudo investigativo da cultura da escola pesquisada, possibilitam análises das “práticas escolares enquanto práticas culturais” (VIDAL, 2005, p.15).

Os arquivos e documentos escolares correntes são registrados e manipulados, por servirem como documentos comprobatórios, e são diariamente atualizados (VIDAL, 2005). Contudo, os documentos históricos enfrentam inimigos implacáveis, como “o produtivismo arquivístico” e o “descarte desenfreado”. Se o primeiro representa uma ameaça quanto a salva guarda destes documentos, pois acabam sendo deixados ao acaso, gerando um amontoado de papéis, o segundo se constitui em uma ameaça ainda maior, pois uma vez descartados, eliminados ou destruídos, não há como recuperar as informações ali registradas.

Essa necessidade de tudo guardar, vemos explicada nas palavras de Chartier (1998, p.99) quando nos fala das inquietações que dominaram a relação com a cultura escrita, que “o temor da perda, [...] levou à busca dos textos ameaçados, à cópia dos livros mais preciosos, à impressão de manuscritos, à edificação das grandes bibliotecas”. O medo do esquecimento e a necessidade de se “acercar-se ao passado” vem reforçar esse produtivíssimo documental, pois para Vidal,

A atração pelos arquivos é uma característica da sociedade atual, que cada vez mais discute a importância da preservação do patrimônio histórico. Esse encantamento advém, por um lado, do desejo de acercar-se do passado [...] mas emerge também, da vontade de superar o esquecimento, do receio à perda generalizada da memória (2005, p.18).

Também o descarte do acervo escolar sem o devido critério técnico ou científico, ocasiona danos irreparáveis, e impossibilitam a análise e descobertas relevantes para a escrita da história da instituição. Embora o descarte faça parte do

processo de manutenção dos “lugares de memória”, deve ser feito por meio de critérios técnicos (VIDAL, 2005).

Doravante, Pierre Nora – nas palavras de Vidal (2005) - nos traz propostas para “Organizar e descartar”, com devido critério, e ao invés de ter-se um amontoado de papéis em depósitos ter “lugares de memória” que,

[...] permitam, além das condições de guarda física do documento, o tratamento técnico e a organização da informação, bem como criem oportunidade para compreender o passado nas múltiplas relações (semelhança e diferença) que estabelece com o presente (VIDAL, 2005, p. 18).

Com caráter de preservação e de conservação desse patrimônio documental que as instituições escolares possuem, novos planos de destinação precisam ser elaborados (VIDAL, 2005). A escrita da história da educação e da história da escola dependem desses mecanismos de organização, conservação e descarte criterioso.

Este trabalho se dá a partir dos documentos encontrados no arquivo morto<sup>3</sup> da instituição pesquisada, pois toda instituição de ensino é produtora da sua própria cultura e se relaciona com as mais diversas culturas existentes na sociedade em que está inserida. E é no interior do seu complexo educacional que se encontra a cultura escolar, estabelecida por um “conjunto de ideias, princípios, critérios, normas e práticas sedimentadas ao longo do tempo nas instituições educativas” (VIÑAO, 2000, p.100). Percebe-se, nesta complexidade, um espaço específico, onde foram deixados, ao longo do tempo, vestígios, documentos, testemunhos e sinais que possibilitam a nós um conhecimento e compreensão da vida das instituições (MOGARRO, 2005).

---

<sup>3</sup> Arquivo Morto: é a denominação comumente utilizada em escolas, mas também, em outros estabelecimentos, para designar o depósito onde se acumulam os documentos já não mais necessários à administração, mas que ainda guardam valor legal. Ao organizar a documentação, permitindo-lhe acesso a pesquisadores e comunidade, tais depósitos podem ser transformados em arquivos permanentes ou históricos caracterizados, no dicionário de terminologia arquivística, como “conjunto de documentos custodiados em caráter definitivo, em função de seu valor” (CAMARGO e BELLOTO, 1996, p. 8 apud VIDAL, 2005, p. 21)

Os documentos produzidos pelo Grupo Escolar “Padre Trindade” passaram pelo processo de incineração, realizada no dia 1º de março de 1979, quando os documentos produzidos pela instituição enquanto Grupo Escolar foram incinerados. Como pode-se observar na transcrição a seguir:

Aos dois de março do ano de hum mil novecentos e setenta e nove, foi realizado no pátio da Escola Estadual Padre Trindade, sob a presença da diretora, dona Francisca Freitas Ferreira, da secretária geral dona Coracy de F. Mundim, das auxiliares de secretaria dona Maria de Fátima B. Rodovalho, Maria das Dores Leão Menezes e Antonia Cleuza Alcântara de Souza, da bibliotecária Angela Maria Ferreira Buta, da coordenadora do Centro Cívico, dona Dolores Gomes Arantes, o ato de incineração de todos os livros de chamada dos alunos até o ano de 1974 (hum mil novecentos e setenta e quatro), ficando no arquivo da escola e registrado em livro para este fim, as notas de todos os alunos. Nada mais havendo a tratar, eu Angela Maria F. Buta, lavrei a presente ata que após lida por todos foi assinada (Livro de incineração do Grupo Escolar “Padre Trindade”).

A documentação encontrada no arquivo morto do Grupo Escolar “Padre Trindade” pertinente a esta pesquisa são: livro de atas de exames finais (1953 à 1973); livro de atas das reuniões do Grupo Escolar (12/02/1966 à 01/10/1984); 18 (dezoito) livros de pontos diários de 1953 a 1973; livro de visitas; recortes do Jornal “O Anápolis”, que divulga a inauguração do G. E. “Padre Trindade”.

E um álbum de fotografia dos primeiros anos do Grupo Escolar “Padre Trindade”, como podemos verificar a seguir:



Foto 1 – Grupo das professoras em 1955. Fonte: Álbum de fotografias do Grupo Escolar “Padre Trindade”.



Foto 2 – As professoras do turno da manhã em 1955. Fonte: Álbum de fotografias do Grupo Escolar “Padre Trindade”.



Foto 3 – Classe do “Pré Primário” – Retratos tiradas na semana da criança em 1955.  
Fonte: Álbum de fotografias do Grupo Escolar “Padre Trindade”.



Foto 4 – Classe do “Pré Primário” – Retratos tiradas na semana da criança em 1955.  
Fonte: Álbum de fotografias do Grupo Escolar “Padre Trindade”.



Foto 5 – Classe do 1º ano – Retratos tiradas na semana da criança em 1955. Fonte: Álbum de fotografias do Grupo Escolar “Padre Trindade”.



Foto 6 – Classe do 1º ano adiantado – Retratos tiradas na semana da criança em 1955. Fonte: Álbum de fotografias do Grupo Escolar “Padre Trindade”.



Foto 7 – Classe do 1º ano adiantado – Retratos tiradas na semana da criança em 1955. Fonte: Álbum de fotografias do Grupo Escolar “Padre Trindade”.



Foto 8 – Classe do 2º ano – Retratos tiradas na semana da criança em 1955. Fonte: Álbum de fotografias do Grupo Escolar “Padre Trindade”.



Foto 9 – Classe do 3º ano – Retratos tiradas na semana da criança em 1955. Fonte: Álbum de fotografias do Grupo Escolar “Padre Trindade”.



Foto 10 – Grupo de professoras no dia do encerramento do ano letivo em 1956. Fonte: Álbum de fotografias do Grupo Escolar “Padre Trindade”.



Foto 11 – Grupo de professoras no dia do encerramento do ano letivo em 1956. Fonte: Álbum de fotografias do Grupo Escolar “Padre Trindade”.



Foto 12 – Classe do 2º ano em 1966. Fonte: Álbum de fotografias do Grupo Escolar “Padre Trindade”.

Embora, muito se tenha perdido com a incineração do acervo documental do Grupo Escolar “Padre Trindade”, é possível vislumbrar possibilidades quase que infinitesimais de investigações a partir dos documentos preservados. As potencialidades dos documentos encontrados para a escrita da história do Grupo Escolar vão eclodindo a cada nova análise e por meio das Atas de Exames Finais é possível verificar os resultados alcançados pelos alunos, desvelando seus respectivos sucessos e insucessos.

Nas Atas das Reuniões do Grupo Escolar, identificamos debates entre professores; conflitos de ideias; estratégias estabelecidas pela equipe gestora; tomadas de decisões; verificamos ainda, algumas “formas de abordagens dos problemas disciplinares dos alunos”; atividades extracurriculares e outros. Tais afirmativas podem ser evidenciadas a partir deste breve resumo das pautas abordadas nas atas de reuniões encontradas no “Padre Trindade”, são elas: Apresentação de novas professoras; Seleção de classes e classificação como: forte, média e fraca; a cartilha escolhida; a compra dos livros de chamada; chaves, controle e limpeza dos banheiros; horários / atrasos de professores; balanço da caixa escolar; contribuição para a caixa escolar; cooperação dos professores para manter a disciplina; reorganização do lanche e sua distribuição; novas estratégias para a conservação do Grupo; arrecadação para a caixa escolar; colaboração para o desenvolvimento do jornal interno; fim da falta autorizada; delegacia de ensino pede colaboração das professoras para maior aproveitamento das horas aulas; reunião de pais e mestres; orientação para as aulas de catequese; a entrega dos boletins; estratégias para aulas de civismo; alerta para agressões contra alunos.

Enquanto nos Livros de Ponto Diário, encontram-se o desenvolvimento / crescimento do corpo docente da instituição escolar e os anos de exercício junto à instituição.

Através do álbum de fotografia dos primeiros anos do Grupo Escolar “Padre Trindade” e dos recortes do Jornal “O Anápolis”, que divulgaram a inauguração do G. E. “Padre Trindade”, nos é permitido uma ampla possibilidade de análise de

documentos iconográficos e impressos da/sobre a escola, proporcionando um vislumbamento das riquezas dos espaços, das estruturas físicas e das configurações dos objetos e das pessoas, portam ainda vestígios, que não foram registrados em outros suportes.

Todos estes documentos são de suma importância para a escrita da história do Grupo Escolar “Padre Trindade”, as informações registradas nos possibilitam seguir adiante nesta escrita e conferir uma atenção a questões “pormenores mais negligenciáveis” (GINZBURG, 1989). Contudo, para tal tarefa, vê-se necessário uma ampliação dos questionamentos e um alargamento das fontes (VIDAL, 2005).

Portanto, de tudo que se podia escrever, decidiu-se pesquisar sobre os tempos e Espaços do Grupo escolar “Padre Trindade”. Este trabalho se organiza em três capítulos:

O primeiro capítulo, com o título “A criação dos Grupos Escolares no Brasil”, tem como objetivo analisar a arquitetura temporal e espacial dos Grupos Escolares no Brasil, no período republicano, com foco em Goiás, especificamente, a que ocorreu no Grupo Escolar “Padre Trindade” de Anápolis.

O segundo capítulo tem como título “A criação do Grupo Escolar Padre Trindade” e aborda como se deu a sua criação, sua construção, a estrutura física e o espaço do Grupo Escolar, a constituição do corpo docente do Grupo no período de 1953 a 1973 e, além disso, aborda ainda as normativas sobre o trabalho gestor e docente, presentes nas legislações.

No terceiro e último capítulo, com o título “O tempo escolar do Grupo Escolar Padre Trindade” analisa-se a distribuição diária, semanal e anual do tempo de todos os dias letivos do Grupo.

## **CAPÍTULO I**

### **A ARQUITETURA TEMPORAL E ESPACIAL DOS GRUPOS ESCOLARES: E SUA CRIAÇÃO NO BRASIL**

*Como esquecer esse universo peculiar, essa organização que aprisionou a nossa infância numa rede de repressões, deslumbramentos e descobertas de conhecimentos, códigos, símbolos, normas, valores, disciplinas? Como esquecer esse espaço do exercício profissional do magistério? (SOUZA, 1998, p. 15).*

Este capítulo tem como objetivo analisar a arquitetura temporal e espacial dos Grupos Escolares, no Brasil, no período republicano, com foco em Goiás, especificamente a que ocorreu no Grupo Escolar “Padre Trindade” de Anápolis.

No período republicano, ocorre a criação dos Grupos Escolares no país, a fim de disseminar a instrução primária em todo o território brasileiro. No regime republicano, fazia-se necessário uma política que envolvesse o cidadão em uma participação ativa na vida política. Acreditava-se que esse processo ocorreria por meio da instrução do povo brasileiro, uma vez que o saber era o condutor evolutivo e que o conhecimento atrelado à cidadania conduziria o país ao progresso (CARVALHO, 1989).

Na esteira dessas concepções, o Estado de Goiás também cria os seus grupos escolares nas primeiras décadas do século XX. Segundo Bretas (1991), o Estado de Goiás toma como modelo os grupos escolares criados em São Paulo.

Os grupos escolares como uma forma de organização da escola graduada no Brasil destacam-se, entre outros aspectos, pela organização temporal e espacial. A arquitetura espacial e temporal dos Grupos Escolares representou uma significativa mudança no âmbito educacional brasileiro. Os tempos e os espaços dos Grupos Escolares são características que diferenciam estas instituições de ensino das demais instituições de educação que os antecederam e as que permaneceram simultaneamente.

Seus tempos foram pensados, arquitetados, divididos, organizados com a finalidade de otimizar o aprendizado, para um melhor aproveitamento do tempo e racionalização do trabalho docente. Seus espaços foram a expressão física de uma nova modalidade de ensino, assim, estes espaços passaram a efetivar uma “ação educativa dentro e fora dos seus contornos” (SOUZA, 1998, p. 123).

Criados com uma arquitetura que buscava aliar as configurações de espaço com “às concepções pedagógicas e às finalidades atribuídas à escola primária” (SOUZA, 1998, p. 123), a estrutura física dos grupos escolares revela o cuidado e

requisito que se deu às suas construções – em alguns Estados do país – construções monumentais, e em alguns casos, em pontos centrais das cidades.

De acordo com Carvalho (1989), a fim de se distanciar da aparência das escolas na velha ordem - “casas sem ar e luz, meninos sem livros, livros sem método, escolas sem disciplina, mestres tratados como párias” (p. 24), as construções eram

necessariamente majestosas, amplas e iluminadas [...]. Mobiliário, material didático, trabalhos executados, atividades discentes e docentes – tudo devia ser dado a ver de modo que a conformação da escola aos preceitos da pedagogia moderna evidenciasse o Progresso que a República instaurava (CARVALHO, 1989, p. 25).

Os tempos e os espaços escolares são integrantes de uma estrutura social. Não são uma carcaça simplesmente formal ou neutra, mas sim uma construção cultural e pedagógica, pois, sempre se aprende em lugares e tempos reais. É nesta arquitetura temporal e espacial, que se dá a nossa discussão, onde os “atores” do processo educativo ocupam os tempos e os espaços escolares.

Isto posto, preocupa-se em fazer, neste trabalho, uma análise sobre os tempos e espaços escolares dos Grupos Escolares, considerando um estudo em três diferentes pontos: o teórico – as propostas presentes nos discursos dos intelectuais republicanos que se dispuseram a pensar a educação no Brasil; o legal – as leis, regulamentos e decretos; a escola – o que de fato acontecia no interior do Grupo Escolar, o que, segundo Viñao (2000), nos permitirá compreender que a teoria, a legalidade e a realidade nem sempre coincidem.

### **1.1 Os grupos escolares no Brasil: São Paulo como modelo para Goiás e a organização espacial e temporal dessas unidades de ensino.**

Em São Paulo, os primeiros grupos escolares foram criados no século XIX, em 1893. A “implantação dos grupos escolares no Estado de São Paulo ocorreu no

interior do projeto republicano de educação popular” (SOUZA, 1998, p. 15). Representaram um marco na história da educação do país, foi a expressão arquitetônica e temporal da modernidade na instrução pública “quando especialmente construídos, os edifícios escolares aparentavam ser construções sóbrias, sólidas, projetadas para durar” (SOUZA, 1998, p. 124).

A escola primária, por meio da criação dos Grupos Escolares modelares, ganha força com a implementação da República – no contexto brasileiro – e é neste contexto que vemos como os Grupos Escolares incorporaram, se apropriaram, elaboraram, modificaram e retornaram à sociedade os projetos e representações de progresso, cientificidade e civilização presentes nos discursos dos intelectuais republicanos que se propuseram a pensar a educação brasileira no final do século XIX à luz do positivismo.

Representava mais que um novo local de trabalho e de formação para o trabalho, tratava-se, da difusão de um novo regime político, um projeto de uma nova sociedade, os tempos e os espaços da formação do indivíduo genuinamente brasileiro e republicano.

Neste contexto, a escola primária adquire uma finalidade cívica, moral e instrumental, cujo intuito seria a disseminação dos ideais republicanos. Os Grupos Escolares são apresentados como modelos de formação de cidadãos, o molde utilizado para dar forma ao país amorfo. A intervenção de uma educação que pudesse salvar o país de suas mazelas sociais, econômicas e políticas, passa a ser vista como instrumento de remodelação social e signo do regime republicano. Era função da escola, além de passar conhecimentos científicos, a tarefa de ensinar as regras de comportamentos de um povo desenvolvido e desenvolver nos alunos um caráter cívico, moral e higiênico (CARVALHO, 1989; SOUZA, 1998).

Tanto os espaços quanto os tempos escolares, eram receptáculos favoráveis para a transmissão de noções de higiene, bons modos, valorização do trabalho e abdicação dos próprios interesses, em razão de aspirações coletivas, de um tempo em que acreditavam que a escola era capaz de colocar no ideário de um povo novos

conceitos e costumes. Pois, fazia-se necessário que o povo convivesse sendo capaz de se estabelecer enquanto cidadão, visto que a política emergente, exigia a formação, tanto que, estes eram alguns dos ensinamentos que compunham o currículo além do saber ler, escrever e contar. Nestes termos, a educação e a instrução deveriam andar juntas no processo de formação do cidadão republicano (SOUZA, 1998).

O grupo escolar seria o protótipo da escola primária moderna que tem um espaço próprio, com edificações dentro dos padrões mais elegantes e modernos no final do século XIX e início do século XX. Tão importante quanto a estrutura física, foi a organização da sua estrutura espacial. Podemos observar que os espaços:

[...] No interior do edifício-escola configura-se uma gramática espacial na qual a distribuição do espaço corresponde aos usos e às funções diferenciadas, à fragmentação e às especializações de atividades, à disposição de objetos, ao deslocamento e encontro dos corpos, enfim, a toda uma geometria de inclusão e exclusão [...] (SOUZA, 1998, p. 138).

A construção destes espaços tem em conta ambientes específicos de acordo com suas funções pedagógicas e administrativas, que harmonizam com a nova cultura implementada, sendo a marca de mudança de um tempo e espaço. Construções cercadas de muitos cuidados, que exigiram um empenho, não apenas político, por meio das reformas, das leis, mas exigiu também um empenho arquitetônico, de constituir um espaço ideal para a prática de ensinar, exercícios específicos em tempos específicos.

Começa, então, a se pensar no que deveria ter na escola, para melhor aproveitamento do espaço, ou seja, para que a escola alcançasse a sua objetividade de ensino e aprendizagem. Por isso, fez-se relevante pensar em como as salas deveriam ser construídas: a entrada da luz, a ventilação, a mobília, os espaços externos, a biblioteca, o pátio, as oficinas, os banheiros, “[...] gabinete para a diretoria, sala para arquivo, portaria, depósito, biblioteca, laboratórios, oficinas para trabalhos manuais, ginásio, anfiteatro e pátios para recreio” (SOUZA, 1998, p. 128).

O cuidado em pensar a escola nas questões como a higiene, a salubridade e o modelo de escola graduada, foram fatores influenciadores para a construção do edifício-escola. Essa questão mereceu a atenção de vários especialistas, tais como: arquitetos, educadores, médicos e higienistas que, “[...]recorreram a sua missão civilizadora de prescrever critérios e condições ideais de ar, luz, mobiliário e postura dos alunos” (SOUZA, 1998, p. 139).

Os Grupos Escolares materializaram o pensar da educação e, neste espaço se instituiu a divisão do trabalho, divisão de salas de aulas com seus respectivos professores e alunos que seguiam uma lógica de divisão por séries.

Traz uma racionalidade administrativa e pedagógica. Administrativa porque é no espaço do grupo escolar que se vê instituída a figura do intendente por todas as questões de ordem administrativas do Grupo Escolar, o diretor. Dentro da racionalidade pedagógica vemos esse mesmo profissional responsável por organizar o trabalho docente e pedagógico como: inspecionar os trabalhos e os conteúdos a serem ministrados pelos docentes, o uso do tempo escolar, a aplicação de avaliações, na medida que se divide em salas de aula por séries, cada grupo de alunos no mesmo espaço, numa série, com um programa de ensino específico. Tudo dentro de uma estrutura temporal muito rígida e elaborada, com horários determinados, ano letivo, férias. Gerando assim toda uma organização temporal claramente instituída, o que é potencialmente racional (SOUZA, 1998).

Dentro desta racionalidade, estabelece-se a utilização do espaço escolar, sendo que, as responsabilidades atribuídas ao diretor, exigem a necessidade de um espaço específico a ser ocupado, pois o grau de importância de suas atribuições e funções requer um espaço próprio, o indicador da sua posição de destaque na escola (ABREU, 2015).

Homogeneizar os alunos, adotar novos métodos e práticas, deu-se com a tentativa de estabelecer os tempos e espaços escolares em mecanismos disciplinares e higiênicos. Para se consolidar o conjunto de ideais da reforma educacional, presentes no projeto republicano para a instrução primária, havia a necessidade de

[...] fundar uma escola identificada com os avanços do século, uma escola renovada nos métodos, nos processos de ensino, nos programas, na organização didático-pedagógica; enfim, uma escola moderna em substituição à arcaica e precária Escola de Primeiras Letras existente no Império (SOUZA, 1998 p. 29).

A racionalidade existente na escola primária demandou uma nova organização do tempo. Um tempo que precisava ser aproveitado ao máximo, pois, a “sincronização do tempo reflete uma das exigências da organização do trabalho industrial, isto é, extrair do trabalhador mais eficiência e mais lucro” (SOUZA, 1998, p. 220). O que se revelou, segundo Souza (1998) em um duplo significado do tempo na escola

[...] essa racionalidade adquire um duplo significado: primeiro ela pressupõe a eficiência e a eficácia tendo em vista o ensino simultâneo que facultou a educação de um número maior de crianças, com mais conteúdos e em menor tempo. Em segundo lugar, a disciplina do tempo foi incorporada sob uma ética contrária à ociosidade e que valorizava a regularidade, a pontualidade e a ordem” (p. 220).

Nestes termos, as concepções de Pestalozzi ganharam espaço na reforma educacional de São Paulo: “[...] o apelo à experiência e à observação, o estímulo à curiosidade da criança, a organização do programa partindo do concreto para o abstrato, do simples para o geral, do conhecido para o desconhecido” (SOUZA, 1998, p. 170).

Essas características presentes na reforma educacional em São Paulo, também são percebidas em Goiás, como se vê estabelecido na Lei nº 631 de 02 de agosto de 1918, que diz respeito ao caráter do ensino e estabelece que o ensino primário obedecerá ao método intuitivo e será composta de educação moral e cívica, educação intelectual e educação física (Art.14).

No que compete à educação moral e cívica, eram observadas / desenvolvidas as questões da higiene, “da decência, da bondade, da coragem, do amor à verdade, que geram a honestidade, a equidade, a solidariedade, o patriotismo, o altruísmo”. Assim, de acordo com essa visão, obedecendo a uma ordem natural, sobretudo, aplicada a exemplos práticos, “que conduzirão à educação da vontade e do caráter” (Art. 15). Quanto ao ensino intelectual, “o poder intuitivo terá dilatada aplicação, ficando desde já consignado o systema da palavrção para a leitura” (Art. 16). Caberá ainda nesse ensino, a leitura, a caligrafia, as noções gerais de aritmética, de geografia do Brasil e de Goiás, história do Brasil e de Goiás, desenho linear e história natural. O ensino físico era essencialmente prático e se destinava ao desenvolvimento da criança, para os meninos eram ensinados exercícios gerais de ginásticas e militares, e os de canto, para as meninas era ensinado ginástica orgânica e de canto.

Contudo, como alguns estados que implantaram os Grupos Escolares tiveram suas dificuldades, em São Paulo não foi diferente. Logo nos primeiros anos, percebe-se os impedimentos porque os “[...] diferentes tipos de escolas primárias, diferentes programas de ensino e diferentes níveis de formação de professores” (SOUZA, 1998, p. 60) dificultaram os investimentos educacionais que almejavam uniformizar e padronizar o ensino público paulista. No entanto, Souza (1998), pondera que as discussões e alterações promovidas pelos grupos escolares no modelo e cultura do Estado de São Paulo revelaram significativas mudanças no âmbito educacional, pois era importante que todo o país ficasse mobilizado a um novo modelo de educação.

Assim, como nos traz Vidal (2005), esse modelo foi importado por muitos Estados brasileiros, tais como: Rio de Janeiro, em 1897; Maranhão e Paraná, em 1903; Minas Gerais, em 1906; Bahia, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Santa Catarina, em 1908; Mato Grosso, em 1910; Sergipe, em 1911; Paraíba, em 1916; Piauí, em 1922. E segundo Abreu (2015), em Goiás em 1919.

## **1.2 As leis e regulamentos de implantação dos grupos escolares em Goiás.**

A difusão dos grupos escolares no Estado de Goiás ocorreu a partir da Lei de nº 631 de 02 de agosto de 1918, nas cidades e vilas mais adiantadas / desenvolvidas ou naquelas em que o número de matrículas excedia a trezentos alunos de ambos os sexos, com frequência mínima de duzentos alunos.

Nas palavras de Alves (2007), somente nos anos entre 1924 e 1930, houve significativa expansão dos Grupos Escolares nas municipalidades de Goiás, passando de oito Grupos em 1924 para dezesseis em 1930.

Abreu (2015) relaciona os Grupos Escolares implantados no Estado de Goiás, entre as décadas de 1919 e 1930, nas seguintes cidades: “Campo Formoso (atual Orizona), Rio Verde, Ipameri, Pirenópolis, Jaraguá, Itaberaí, Goiás, Morrinhos, Bela Vista, Catalão, Trindade, Porto Nacional, Santa Rita do Paranaíba, Caiapônia, Anápolis e Jataí” (p. 58).

A criação desses Grupos Escolares nos municípios de Goiás significou um marco para o Estado, pois Goiás entra na conjuntura de um Estado pronto para o desenvolvimento almejado por todo o país. Pois, o ideal de um país desenvolvido encontra-se na formação de cidadãos letrados com domínio da leitura, da escrita e das contas matemáticas, eliminando a assombrosa quantidade de analfabetos existentes não só no Estado de Goiás, mas em todo o país.

Como dito anteriormente, o período delimitado para esse estudo compreende os anos entre 1953 e 1973, no que pese a delimitação temporal, faz-se necessário retroceder o tempo histórico para entender a constituição dos tempos e espaços escolares dos Grupos Escolares em Goiás.

Assim, retomaremos as legislações federais e estaduais de criação e organização dos Grupos Escolares no Estado que datam a partir de 1918 até a década de 1970. Neste período, a legislação estabelecida está composta da seguinte forma: Leis federais: Lei nº 8.529 de 02 de janeiro de 1946 (Lei Orgânica do ensino primário); Lei nº 4024 de 20 de dezembro de 1961 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Leis Estaduais/Goias: Lei nº 631 de 02 de agosto de 1918 (Lei Goiana); e do Decreto nº 8.538 de 02 de fevereiro de 1925; do Decreto nº 10.640 de

10 de fevereiro 1930; e do Regulamento nº 170 de 07 de agosto de 1937; e do Regulamento nº 805 de 28 de janeiro de 1949.

### **1.2.1 Os tempos nas Leis e regulamentos do ensino primário do Estado de Goiás.**

O tempo escolar foi um dos muitos elementos observados na criação dos Grupos Escolares, que por sua vez foram regulamentados mediante as leis e regulamentos estabelecendo uma organização temporal para dentro das escolas primárias. Assim, veremos aqui alguns destes tempos, tais como: o tempo para matrícula, o tempo da obrigatoriedade, o tempo da permanência, o tempo de ingresso, o tempo de saída e o tempo dos turnos (masculino e feminino) que compunham essa organização temporal.

O tempo para a realização das matrículas era um dos primeiros tempos estabelecidos, que deviam ser observados pelos pais e responsáveis que desejavam dar instrução a seus filhos. A partir da matrícula, vemos um tempo inicial das obrigações com a educação escolarizada das crianças em idade escolar.

Segundo o Decreto nº 8.538 de 02 de fevereiro de 1925, o tempo de matrícula se dava no período entre 20 de fevereiro e dia 1º de março. No Decreto nº 10.640 de 10 de fevereiro de 1930, esse tempo deveria ocorrer entre os dias 25 ao último dia de fevereiro de cada ano. Contudo, vemos esse tempo alterado apenas no Regulamento nº 805 de 28 de janeiro de 1949 que dispõe que as matrículas deveriam ser feitas do dia 15 ao último dia do mês de fevereiro.

Todavia, para a efetivação da matrícula, todos os dispositivos legais aqui estudados estabelecem que os pais ou responsáveis pelas crianças deveriam provar que elas gozavam de perfeita saúde e que estavam em dias com a vacinação, e que, portanto, deveriam ter condições físicas e cognitivas para receberem a instrução. Como verificamos na Lei nº 631 de 02 de agosto de 1918 no Art. 51 nos incisos “§ 1º Não sofrer o candidato de molestia contagiosa e §2º Ser Vaccinado” (GOYAZ, 1918).

E no Art. 79 do Decreto nº 8.538 de 02 de fevereiro de 1925, que diz ser “indispensável a vacina contra a varíola” (GOYAZ, 1925). Vemos no Decreto nº 10.640 de 10 de fevereiro 1930, no Art. 110 que a matrícula era vedada às crianças que apresentavam:

“[...] b) padecerem de molestias contagiosas ou repugnantes; c) as imbecis e as que por defeito organico não puderem receber instrução; d) as que não estiverem vaccinadas, onde houver serviço medico escolar, ou facultativo, encarregado ou não do serviço (GOYAZ, 1930).

Embora não esteja definido um tempo específico para a vacina, nas leis e regulamentos que estudamos, vemos esse tempo obrigatório subentendido, pois para que os pais ou responsáveis pudessem realizar a matrícula de suas crianças, deviam provar que a vacinação estava em dias, todos os anos. Vemos no Art. 43 da Lei orgânica do ensino primário de nº 8.529 de 02 de janeiro de 1946, que os pais ou responsáveis que não observassem a obrigatoriedade da matrícula e da frequência regular das crianças nas escolas estavam sujeitos às penalidades que contavam no art. 246 do Decreto – Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1840 (BRASIL, 1946).

Analisando a legislação educacional brasileira e goiana, referentes ao ensino primário, estabelecidas entre 1918 e 1961, no que diz respeito a idade de ingresso escolar e tempo de permanência, verifique os dados no quadro I.

### Quadro I

#### Ingresso e permanência na escola primária em Goiás – 1925 – 1961

<b>LEGISLAÇÃO FEDERAL E ESTADUAL</b>	<b>IDADE</b>	<b>ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA</b>
<b>631 de 02 de agosto de 1918</b>	7 a 14 anos	8 anos

<b>8.538 de 12 de fevereiro de 1925</b>	6 a 13 anos	8 anos
<b>10.640 de 10 de fevereiro de 1930</b>	7 a 14 anos	8 anos
<b>170 de 07 de agosto de 1937</b>	7 a 15 anos	9 anos
<b>8.529 de 02 de janeiro de 1946</b>	7 a 12 anos	6 anos
<b>805 de 28 de janeiro de 1949</b>	7 a 14 anos	8 anos
<b>4024 de 20 de dezembro de 1961</b>	7 anos	a LDB não menciona o tempo de permanência

Fonte: Elaborado pela autora

Os dados do quadro I revelam uma pequena variação na idade de ingresso na escola, ou seja, as crianças ingressariam a partir dos sete anos de idade durante o período analisado, com exceção do Decreto 8.538 de 02 de fevereiro de 1925, que determina que o ingresso ocorreria a partir dos seis anos de idade.

Em relação à idade de término do ensino primário, ou saída, deste ramo do ensino, variou um pouco mais se comparado com a idade de ingresso. A variação deu-se entre os doze e quinze anos de idade, prevalecendo na maioria da legislação quatorze anos. Apesar da variação de idade de ingresso e de saída da escola primária ter causado alterações no tempo de obrigatoriedade dos alunos para cursarem ensino primário, a maior parte do tempo foi de oito anos, com exceção da Lei nº 8.529 de 02 de janeiro de 1946, que estabeleceu seis anos de obrigatoriedade. Alteração significativa do tempo em comparação às demais legislações e do Regulamento nº

170, de 07 de agosto de 1937, que estabeleceu nove anos de obrigatoriedade no ensino primário.

No Regulamento de nº 805 de 28 de janeiro de 1949, as alterações se dão apenas no quantitativo de tempo de obrigatoriedade na escola, sendo ainda de sete anos a idade mínima. Contudo, a idade máxima passa a ser de quatorze anos, como disposto anteriormente no decreto de nº 10.640 de 10 de fevereiro de 1930, contabilizando uma obrigatoriedade escolar de oito anos na escola.

A LDB de nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961 não menciona o tempo de obrigatoriedade das crianças na escola, mas determina que a idade mínima obrigatória para o ingresso é de sete anos.

Analisamos a partir do quadro I, que a idade de ingresso na escola não sofre alteração desde o decreto 10.640 de 10 de fevereiro de 1930, com idade mínima de sete anos, mas temos modificações no quantitativo de escolaridade, advindas das alterações sofridas na idade máxima de permanência. Esses dados nos revelam que as preocupações, nesse período que abarca as legislações analisadas, não estão pautadas na idade mínima em que a criança deve receber instrução como sendo obrigatória, mas sim o tempo que ela precisa para concluir essa fase, na escola primária.

Se compararmos a atualidade com o período estudado, vemos que a obrigatoriedade de nove anos era um tempo grande para se concluir o fundamental I, visto que hoje as crianças ficam 5 anos para concluir o primário e nove anos para o fundamental I e II.

Em se tratando dos tempos dos turnos, temos configurações diferenciadas para o Grupo Escolar da capital em relação aos demais Grupos Escolares do Estado. Verificamos que o tempo dos turnos determinados por lei, dos Grupos Escolares da capital, ficaria estabelecido como sendo o turno matutino reservado aos meninos e o turno vespertino às meninas (GOYAZ, 1925).

Quanto ao tempo oferecido aos cursos elementar e complementar, concedidos pelos Grupos Escolares, fica estabelecido em todas as leis e

regulamentos, outrora citados, quatro anos para o primeiro e de um ano para o segundo.

### **1.2.2 Os Espaços nas Leis e regulamentos do ensino primário do Estado de Goiás.**

A edificação e organização dos Grupos Escolares eram construções com padrões elevados e exigentes na estrutura física e pedagógica. Isso se tornou uma dificuldade para a expansão dos Grupos Escolares em Goiás, pois “para a criação e manutenção de 16 grupos escolares, em 1930, gastava-se um pouco menos do que para manter 193 escolas isoladas” (ALVES, 2007 p. 164).

A Lei de nº 631 de 02 de agosto de 1918 estabelece que os grupos escolares “[...] funcionarão em prédio especialmente construído para esse fim” (art. 22). Aspecto mantido pelo Decreto nº 8.538 de 12 de fevereiro de 1925, que diz: “os grupos escolares funcionarão em edifício próprio [...]” (art. 7).

Na estrutura física, a exigência se dá na construção de salas para cada ambiente pedagógico que compunham esse novo modelo de escola, com metragens padronizadas e estabelecidas pela legislação goiana.

Na estrutura pedagógica, vê-se exigências como uma professora por classe, um diretor, um servente, um porteiro e professores substitutos, além dos gastos com mobília e aquisição de materiais pedagógicos (GOYAZ, 1918; GOYAZ, 1925; GOYAZ, 1930).

Em se tratando dos espaços, dependências e organização que iriam estruturar os Grupos escolares, somente a Lei de nº 631 de 02 de agosto de 1918, o decreto de nº 8.538 de 02 de fevereiro de 1925; o decreto nº 170 de 07 de agosto de 1937; a Lei orgânica do ensino primário de nº 8.529 de 02 de janeiro de 1946, o regulamento nº 805 de 28 de janeiro de 1949 e a Lei de diretrizes e bases de nº 4024 de 20 de dezembro de 1961 não foram suficientes para que se chegasse ao entendimento, quanto aos espaços que deveriam compor a estrutura espacial dos Grupos Escolares.

Fez-se necessário, por meio do decreto de nº 10.640 de 10 de fevereiro de 1930, uma composição quanto a essa arquitetura espacial dos Grupos Escolares,

Os espaços estabelecidos para os grupos escolares em Goiás foram especificados pelo decreto nº 8.538 de 02 de fevereiro de 1925 e pelo decreto de nº 10.640 de 10 de fevereiro de 1930.

Quanto aos espaços, estabelecidos no decreto de nº 8.538 de 12 de fevereiro de 1925, o edifício do grupo escolar deveria conter 4 (quatro) salões com capacidade para 40 alunos, além das demais acomodações (art. 7) e destaca que cada unidade de ensino dessa natureza terá uma biblioteca (art. 19). E a partir do regulamento de nº 10.640 de 1930, vemos essas disposições sobre os espaços escolares bem definidas. Estes espaços são: Dependências administrativas: 1 sala para a diretoria; 1 sala para toilette: e 1 sala destinada ao consultório médico, com água corrente; 1 sala para portaria e sala de espera; dependências pedagógicas 4 salas de aulas, no mínimo; 1 sala para biblioteca e museu (art. 169).

No decreto de nº 8.538 de 12 de fevereiro de 1925, a disposição quanto às construções dos Grupos Escolares, limitaram-se apenas à recomendação de que eles fossem construídos de acordo com as exigências de higiene moderna. E Com o Regulamento n, 10.640 de 1930, a área mínima para a construção do grupo escolar deverá ser de 3.000 m<sup>2</sup> (art. 167).

Dispõe ainda sobre questões quanto à localização e edificação, ficando estabelecido que os prédios escolares deveriam ser construídos em locais de terrenos arejados, seco, afastado de outros prédios, tais como: hospitais, cemitérios e prisões. Além disso, ser o mais central possível, de fácil acesso e bem exposto à luz solar, com edificações construídas de um só pavimento em formato de H, I, L, ou T. (art. 167).-(Regulamento de nº 10.640 de 1930)

Ainda sobre as disposições dos espaços que deveriam compor a estrutura física dos Grupos Escolares, prescrito no regulamento de nº 10.640 de 10 de fevereiro de 1930. Vemos essa disposição, elucidar sobre a metragem das salas de aula, sendo uma sala para cada classe, que comportasse 40 alunos, onde o cálculo a ser

feito, deveria obedecer a um metro quadrado por aluno mais o espaço dedicado a mobília e o espaço do professor (art. 168).

Por meio das leis e regulamentos já citados, verificamos as alterações nas dependências da escola primária, principalmente no quantitativo das salas de aula, o que representou alterações significativas nos espaços escolares.

As alterações verificadas no item 1.2.1, nas configurações de idades mínimas de escolaridade no Grupo Escolar, refletem ainda nos aspectos dos espaços escolares, uma vez que, a metragem de cada ambiente era medida pelo número de alunos, e conseqüentemente refletia no quantitativo de salas.

A quantidade mínima de salas de aulas por grupo escolar foi alterada ao longo do período estudado variando de (4) quatro a (5) cinco salas. Com o decreto de nº 8.538 de 12 de fevereiro de 1925, o decreto de nº 10.640 de 10 de fevereiro de 1930, o regulamento de nº 170 de 07 de agosto de 1937, e a Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional de nº 4024 de 20 de dezembro de 1961, 4(quatro) salas, e na Lei orgânica do ensino primário de nº 8.529 de 02 de janeiro de 1946, 5 (cinco) ou mais salas. Como pode ser observado em 1961 voltou para 4 quatro salas de aulas.

Vemos que a quantidade de salas de aula não sofreram alterações até a Lei nº 8.529 de 02 de janeiro de 1946, quando se aumenta essa quantidade, o que pode ter significado uma mobilização ou não à adequação da legislação, pois antes, tem-se grupos com apenas 4 salas, e a partir de 1946 os que já estivessem em funcionamento, poderiam se submeter à reforma, aumentando assim o quantitativo para 5 salas, a fim de estar dentro dos padrões estabelecidos por lei. Ou tais dispositivos possam ter servido apenas para os grupos escolares que fossem criados a partir de 1946, pois estes já eram edificados dentro dos novos padrões estabelecidos.

Contudo, verificamos ainda que anos mais tarde, por meio da LDB de nº 4024 de 20 de dezembro de 1961, as escolas primárias podiam funcionar com apenas 4 salas de aula, alterando assim a configuração espacial do grupo, o que pode ter ocasionado em alterações no âmbito organizacional da escola. Ou talvez não, pois

pode ser que as escolas preferissem continuar ofertando a mesma quantidade de turmas como antes, ou apenas, por observância da Lei ter se organizado para fazer uso da sala que agora está vaga, para questões administrativas e não mais pedagógicas.

A legislação supracitada, estabelecia uma quantidade mínima de sala de aula para a construção dos Grupos Escolares que variou ao longo do período estudado de 4 a 5 salas. A Lei orgânica do ensino primário de nº 8.529 de 02 de janeiro de 1946 classificou os grupos escolares de acordo com a quantidade de sala de aula, sendo de 1ª, 2ª e 3ª categorias. Os de 1ª categoria eram os Grupos que tivessem mais de 14 classes; os de 2ª categoria os que tivessem entre 10 a 14 classes; e os de 3ª categoria que tivessem de 5 a 9 classes (art. 75). Contudo, a LDB de nº 4024 de 20 de dezembro de 1961 revogou esta questão voltando para a quantidade mínima de 4 salas.

Ainda sobre o espaço escolar e o seu uso, encontramos um novo aspecto, presente a partir do regulamento de nº 170 de 07 de agosto de 1937 e do regulamento de nº 805 de 28 de janeiro de 1949, que dispõe do número de aluno por m<sup>2</sup>.

O que nos chama a atenção para a análise é que, de acordo com o regulamento nº 170 de 07 de agosto de 1937, cada classe dos Grupos Escolares só podia comportar o mínimo de 30 alunos e o máximo de 45. Contudo, se não houvesse a quantidade mínima de alunos para a classe, ela seria suprimida e os alunos redistribuídos nas demais classes. O que significa numa redistribuição do espaço da sala de aula, e um reaproveitamento. Pois, em caso de quantidade mínima, temos mais de 1m<sup>2</sup> por aluno, e nos casos de quantidade máxima temos um número inferior a 1m<sup>2</sup> por aluno.

Verificamos, no regulamento de 805 de 28 de janeiro de 1949, que essa quantidade sofre ainda mais alterações, assim, temos a matrícula máxima permitida para o primeiro ano de 30 alunos, 35 alunos para o segundo ano e 40 alunos para as demais séries do curso elementar e complementar. Todas essas alterações mudam de maneira significativa o uso do espaço em sala de aula.

Essas alterações refletem também na estrutura pedagógica dos Grupos escolares, uma vez que, a cada alteração de espaço, equivalem em alterações no quantitativo de número de docentes, e dos demais funcionários.

### 1.2.3 Divisão dos conteúdos.

A legislação nos permite a análise dos conteúdos a serem ministrados na escola primária sem uma divisão de conteúdos por séries, o que significa dizer, que os mesmos conteúdos deveriam ser ministrados a todas as quatro séries do curso elementar oferecidos nos grupos escolares. A LDB de nº 4024 de 20 de dezembro de 1961, não traz nenhuma disposição sobre a divisão dos conteúdos. Contudo, o decreto de nº 8.538 de 02 de fevereiro de 1925, nos traz essa divisão dos conteúdos de acordo com cada série, conforme pode-se verificar como se deu essa evolução na legislação no quadro II e III a seguir:

#### Quadro II

Evolução dos conteúdos na legislação goiana entre 1918 a 1949.

LEGISLAÇÃO	CONTEÚDOS
631 de 02 de agosto de 1918	<p><b>I. Educação moral e cívica.</b> (Vantagens do asseio, da decência, da ordem, da bondade, da coragem, do amor à verdade, que geram a honestidade, a equidade, a solidariedade, o patriotismo, o altruísmo, isto numa sequência natural e com exemplos práticos, que conduzirão à educação da vontade e do caractere).</p> <p><b>II. Educação intelectual.</b> (Aqui o poder intuitivo terá dilatada aplicação, ficando desde já consignado o sistema da palavração para a leitura. A parte intelectual compreendia a leitura,</p>

	<p>caligrafia, noções gerais de aritmética, de geografia, e especialmente do Brasil e de Goiás, de história especialmente do Brasil e de Goiás, desenho linear e história natural.</p> <p><b>III. Educação física.</b> (A parte física do ensino primário seria essencialmente prático e se destinaria ao desenvolvimento orgânico da criança; constava para o sexo masculino, de exercícios gerais de ginástica e militares e de canto; para o sexo feminino, de ginástica orgânica e de cantos.</p>
<b>10.640 de 10 de fevereiro de 1930</b>	<p><b>I.</b> Leitura;  <b>II.</b> Caligrafia;  <b>III.</b> Linguagem;  <b>IV.</b> Linguagem oral;  <b>V.</b> Língua escrita;  <b>VI.</b> Aritmética;  <b>VII.</b> Formas;  <b>VIII.</b> Desenho;  <b>IX.</b> Geografia;  <b>X.</b> História;  <b>XI.</b> Instrução moral e cívica;  <b>XII.</b> Lições das cousas;  <b>XIII.</b> Música;  <b>XIV.</b> Trabalhos manuais;  <b>XV.</b> Ginástica.</p>
<b>170 de 07 de agosto de 1937</b>	<p><b>I.</b> Desenho;  <b>II.</b> Leitura e escrita;  <b>III.</b> Noções de Português;  <b>IV.</b> Aritmética, cálculo mental e rudimentos de geometria;  <b>V.</b> Geo. geral e do Brasil, especialmente de Goiás;  <b>VI.</b> Principais fatos da hist. Pátria, com particularidades de Goiás, noções de educação moral e cívica;  <b>VII.</b> Rudimentos de ciências naturais e higiene;  <b>VIII.</b> Canto e exercícios físicos.</p>
<b>8.529 de 02 de janeiro de 1946</b>	<p><b>I.</b> Leitura e linguagem oral e escrita;  <b>II.</b> Iniciação matemática;  <b>III.</b> Geografia e história do Brasil;  <b>IV.</b> Conhecimentos gerais aplicados à vida social, à educação para a saúde e ao trabalho;</p>

	<b>V. Desenho e trabalhos manuais;</b> <b>VI. Canto orfeônico;</b> <b>VII. Educação física.</b>
<b>805 de 28 de janeiro de 1949</b>	<b>I. Leitura e linguagem oral e escrita;</b> <b>II. Iniciação matemática;</b> <b>III. Geografia e história do Brasil, com especial relevo a geografia e história de Goiás;</b> <b>IV. Conhecimentos gerais aplicados a vida social, à saúde e ao trabalho;</b> <b>V. Desenho e trabalhos manuais;</b> <b>VI. Canto orfeônico;</b> <b>VII. Educação física.</b>

Fonte: Elaborado pela autora

O quadro II nos mostra que, alguns conteúdos, tais como: leitura, escrita, geografia, história, desenho e educação física, perpassaram por todas as legislações desde 1918 até 1949. Contudo, vemos ainda que os conteúdos sofrem alterações, como por exemplo, vemos a caligrafia ser mencionada apenas na lei nº 631 de 02 de agosto 1918, embora saibamos que ela poderia ser trabalhada no conteúdo de escrita. Supomos que sua explícita menção a faz ser tratada com maior cuidado, e que da mesma maneira a sua não menção, nos demais decretos, nos faz acreditar que ela pode ser cobrada no conteúdo de escrita ou não.

Vemos ainda, na lei nº 631, de 02 de agosto de 1918, como os conteúdos de ensino moral e cívica deveriam ser aplicados. Contudo, nas demais legislações, percebemos que os termos são alterados, passando para “noções de educação moral e cívica” no regulamento nº 170 de 07 de agosto de 1937 e de “Conhecimentos gerais aplicados à vida social, à educação para a saúde e ao trabalho” no Art. 07 da lei de nº 8.529 de 02 de janeiro de 1946 e no regulamento nº 805 de 28 de janeiro de 1949.

Os trabalhos manuais e canto orfeônico são estabelecidos a partir da Lei nº 8.529 de 02 de janeiro de 1946. Observamos que rudimentos de ciências naturais e higiene só aparecem no regulamento nº 170 de 07 de agosto de 1937.

Em análise do livro de atas de reunião dos professores do Grupo Escolar “Padre Trindade, a diretora Francisca Freitas Ferreira no ano de 1970, apresenta

como disciplinas obrigatórias, compondo o quadro de notas dos alunos, os conteúdos de “moral e civismo”, conteúdos estes, que não vemos na legislação mais próxima do ano de fundação do grupo que é o Regulamento nº 805 de 28 de janeiro de 1949 e nem na LDB nº 4024 de 20 de dezembro de 1961.

As problemáticas que esses dados nos permitem fazer são, de cunho social, econômico e político. Quais impactos econômicos essas alterações produziram no Estado? E o que isso significou na vida política do cidadão goiano? Essas questões nos levam a uma reflexão complexa de o quanto configurações que aos nossos olhos são “insignificantes”, isto é, pequenas alterações dos conteúdos a serem ministrados pelas escolas de um Estado, podem alterar a vida social, econômica e política de uma população.

São milhares de pessoas que são afetadas por essas alterações e que não se dão conta dos impactos que as configurações do ensino podem causar em suas vidas sociais, econômicas e políticas e não sabem de onde vem e nem como se deram.

Como mencionado anteriormente, temos ainda o Decreto nº 8.538 de 12 de fevereiro de 1925 que traz a divisão dos conteúdos por séries, o que nos permite uma análise, como podemos verificar no quadro III,

**Quadro III**  
Divisão dos conteúdos por série 1925

<b>DECRETO 8.538 DE 12 DE FEVEREIRO DE 1925</b>	
	CONTEÚDOS
<b>1º ANO</b>	Leitura; Escrita; Língua pátria; Aritmética; Geografia; Geometria e desenho; Noções de ciências naturais e higiene; Educação moral e cívica – urbanidade;

	Exercícios físicos canto.
<b>2º ANO</b>	Leitura; Escrita; Língua pátria; Aritmética; Geografia; História do Brasil; Geometria e desenho; Noção de ciências naturais e higiene; Educação moral e cívica.
<b>3º ANO</b>	Leitura; Escrita; Língua pátria; Aritmética; Geografia; História do Brasil; Geometria e desenho; Noção de ciências naturais e higiene; Educação moral e cívica; Exercício físicos e canto.
<b>4º ANO</b>	Leitura; Escrita; Língua pátria; Aritmética; Geografia; História do Brasil; Geometria e desenho; Noção de ciências naturais e higiene; Educação moral e cívica-urbanidade; Exercícios físicos e canto.

Fonte: Elaborado pela autora.

#### **1.2.4 Os múltiplos tempos escolares.**

A análise dos dispositivos legais nos permite uma verificação de múltiplos tempos, como tempos semanais, tempos diários, tempos de aula.

A divisão de cursos feita no decreto nº 8.538 de 12 de fevereiro de 1925 e como foi disposto, nos permite uma análise de tempos escolares como tempos

semanais e tempos diários através da divisão das aulas. Como podemos verificar nas imagens I, II, III e IV.

Horario do 1º Anno					
HORAS	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
1º turno					
7 HORAS					
CHAMADA					
7,05 a 7,30	Leitura	Leitura	Leitura	Leitura	Leitura
7,30 a 7,55	Arithmetica	Arithmetica	Arithmetica	Arithmetica	Arithmetica
7,55 a 8,20	Escripta	Escripta	Escripta	Escripta	Escripta
8,20 a 8,45	Ling. Patria	Ling. Patria	Ling. Patria	Ling. Patria	Ling. Patria
8,45 a 9,10	Leitura	Leitura	Sc. Nat. Hyg.	Sc. Nat. Hyg.	Sc. Nat. Hyg.
9,10 a 9,35	Geographia	Geographia	Geographia	Desenho	Desenho
9,35 a 10	Arithmetica	Arithmetica	Escripta	Leitura	Canto
2º turno					
11 HORAS					
CHAMADA					
11,05 a 11,30	Leitura	Leitura	Leitura	Leitura	Leitura
11,30 a 11,55	Arithmetica	Arithmetica	Arithmetica	Arithmetica	Arithmetica
11,55 a 12,20	Escripta	Escripta	Escripta	Escripta	Escripta
12,20 a 12,45	Ling. Patria	Ling. Patria	Ling. Patria	Ling. Patria	Ling. Patria
12,45 a 13,10	Leitura	Leitura	Arithmetica	Sc. Nat. Hyg.	Sc. Nat. Hyg.
13,10 a 13,35	Geographia	Geographia	Geographia	Desenho	Desenho
13,35 a 14	Arithmetica	Arithmetica	Escripta	Leitura	Canto

Imagem I - Decreto 8.538 de 02 de fevereiro de 1925

Horario do 2º Anno					
HORAS	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
1º turno					
7 HORAS					
CHAMADA					
7,05 a 7,30	Leitura	Leitura	Leitura	Leitura	Leitura
7,30 a 7,55	Escripta	Escripta	Escripta	Escripta	Escripta
7,55 a 8,20	Ling. Patria	Ling. Patria	Ling. Patria	Ling. Patria	Ling. Patria
8,20 a 8,45	Arithmetica	Arithmetica	Arithmetica	Arithmetica	Arithmetica
8,45 a 9,10	Desenho	Desenho	Desenho	Sc. Nat. Hyg.	Sc. Nat. Hyg.
9,10 a 9,35	Geographia	Geographia	Geographia	Leitura	H. do Brasil
9,35 a 10	Arithmetica	H. do Brasil	H. do Brasil	Arithmetica	Canto
2º turno					
11 HORAS					
CHAMADA					
11,05 a 11,30	Leitura	Leitura	Leitura	Leitura	Leitura
11,30 a 11,55	Escripta	Escripta	Escripta	Escripta	Escripta
11,55 a 12,20	Ling. Patria	Ling. Patria	Ling. Patria	Ling. Patria	Ling. Patria
12,20 a 12,45	Arithmetica	Arithmetica	Arithmetica	Arithmetica	Arithmetica
12,45 a 13,10	Desenho	Desenho	Desenho	Sc. Nat. Hyg.	Sc. Nat. Hyg.
13,10 a 13,35	Geographia	Geographia	Geographia	Leitura	H. do Brasil
13,35 a 14	Arithmetica	H. do Brasil	H. do Brasil	Arithmetica	Canto

Imagem II - Decreto 8.538 de 02 de fevereiro de 1925

**Horario do 3º Anno**

HORAS	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
1º turno					
7 HORAS					
7,05 a 7,30	Leitura	Leitura	Leitura	Leitura	Leitura
7,30 a 7,55	Escripta	Escripta	Escripta	Escripta	Cart. no qd. negro
7,55 a 8,20	Ling. Patria				
8,20 a 8,45	Arithmetica	Arithmetica	Arithmetica	Arithmetica	Arithmetica
8,45 a 9,10	Geomt. e Des.	Geomt. e Des.	Geomt. e Des.	Se. Nat. Hyg.	Se. Nat. Hyg.
9,10 a 9,35	Se. Nat. Hyg.	Geographia	Geographia	Geographia	Geographia
9,35 a 10	H. do Brasil	H. do Brasil	H. do Brasil	H. do Brasil	Canto
2º turno					
11 HORAS					
11,05 a 11,30	Leitura	Leitura	Leitura	Leitura	Leitura
11,30 a 11,55	Escripta	Escripta	Escripta	Escripta	Cart. no qd. negro
11,55 a 12,20	Ling. Patria				
12,20 a 12,45	Arithmetica	Arithmetica	Arithmetica	Arithmetica	Arithmetica
12,45 a 13,10	Geomt. e Des.	Geomt. e Des.	Geomt. e Des.	Se. Nat. Hyg.	Se. Nat. Hyg.
13,10 a 13,35	Se. Nat. Hyg.	Geographia	Geographia	Geographia	Geographia
13,35 a 14	H. do Brasil	H. do Brasil	H. do Brasil	H. do Brasil	Canto

Imagem III - Decreto 8.538 de 02 de fevereiro de 1925

**Horario do 4º Anno**

HORAS	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
1º turno					
7 HORAS					
7,05 a 7,30	Leitura	Leitura	Leitura	Leitura	Leitura
7,30 a 7,55	Escripta	Escripta	Escripta	Escripta	Cartographia
7,55 a 8,20	Ling. Patria				
8,20 a 8,45	Arithmetica	Arithmetica	Arithmetica	Arithmetica	Arithmetica
8,45 a 9,10	Geomt. e Des.	Geomt. e Des.	Geomt. e Des.	Se. Nat. Hyg.	Se. Nat. Hyg.
9,10 a 9,35	Se. Nat. Hyg.	Geog. e Cosm.	Geog. e Cosm.	Geog. e Cosm.	Geog. e Cosm.
9,35 a 10	H. do Brasil	H. do Brasil	H. do Brasil	H. do Brasil	Canto
2º turno					
11 HORAS					
11,05 a 11,30	Leitura	Leitura	Leitura	Leitura	Leitura
11,30 a 11,55	Escripta	Escripta	Escripta	Escripta	Cartographia
11,55 a 12,20	Ling. Patria				
12,20 a 12,45	Arithmetica	Arithmetica	Arithmetica	Arithmetica	Arithmetica
12,45 a 13,10	Geomt. e Des.	Geomt. e Des.	Geomt. e Des.	Se. Nat. Hyg.	Se. Nat. Hyg.
13,10 a 13,35	Se. Nat. Hyg.	Geog. e Cosm.	Geog. e Cosm.	Geog. e Cosm.	Geog. e Cosm.
13,35 a 14	H. do Brasil	H. do Brasil	H. do Brasil	H. do Brasil	Canto

Imagem IV - Decreto 8.538 de 02 de fevereiro de 1925

Esses dados dizem muito sobre os tempos e os espaços. O decreto de 1925 estabelece uma organização temporal da escola dividida em ano, mês, semanas e dias, no dia, com aulas de 25 minutos para cada conteúdo. Que teoria será que embasou, que o tempo ideal das aulas seria de 25 minutos? Seria pelo tempo de atenção que o ser humano consegue permanecer concentrado? Ou apenas para encaixar as setes disciplinas que deveriam ser ministradas por dia, num tempo de 3 horas? Ou as duas coisas?

### **1.2.5 Os tempos e espaços escolares como meios disciplinares.**

Ao considerar as leis e os regulamentos, já citados, percebemos que tanto os tempos quanto os espaços escolares eram utilizados como meios disciplinares. Viñao (1998), descreve como sendo uma das trípticas natureza da distribuição do tempo escolar, juntamente como mecanismo de organização e racionalidade curricular e instrumento de controle externo.

As ações disciplinares são meios de transformar crianças aptas para convívio social, podem ser observadas quando em lei se estabelece que as crianças dentro dos espaços e dos tempos escolares não poderiam ter determinados comportamentos, costumeiros em outros ambientes. Alguns exemplos são: andar de chapéu dentro do grupo; cuspir no chão; rasgar ou sujar livros; conversar em aula; mudar de carteira ou lugar sem autorização; sair da aula ou do estabelecimento sem permissão; dar vaias e fazer assoadas; desobedecer aos professores e ao diretor; ameaçar, agredir ou injuriar colegas, professores ou diretor; praticar qualquer ato que irá contra a moral, a disciplina e os bons costumes (GOYAZ, 1925, art. 74).

Observamos que a inflexibilidade decorrente da racionalização dos tempos e dos espaços fez com que essa distribuição se constituísse em meios de controle e coerção das crianças. Por exemplo, no pátio, dentro dos trinta minutos destinados à recreação livre, a criança podia correr, brincar e gritar; já dentro da sala de aula, como podemos verificar no livro de ata de reuniões de professores (1966), às crianças não se podia dar a chance de dispersar, como fazer uso de sua imaginação, sonhar, abstrair ou internalizar o conhecimento e refletir sobre ele.

Quanto ao instrumento de controle externo, vemos toda uma organização que a escola exigia dos pais ou responsáveis a se organizarem a ponto de se adequarem aos horários e locais das escolas. Conforme disposto na Lei nº 631 de 02 de agosto de 1918, se houvesse mais de vinte faltas não justificadas, a criança não poderia se matricular e se houvesse mais de cinquenta faltas não poderia fazer exames finais (art. 60). São claramente meios de controles externos e coerção tanto dos alunos

quanto dos familiares. Fica claro, na lei, uma não observância das condições econômicas, sociais e de cunhos naturais, que impediam de as crianças irem à escola.

Outro aspecto disciplinar que fica evidente nas leis e regulamentos é que a privação dos tempos e dos espaços escolares era um dos principais meios de disciplina e de controle dos maus hábitos dos alunos, como pano de fundo, chamar a responsabilidade dos pais ou dos responsáveis, no auxílio da formação moral, intelectual e comportamental das crianças.

### **1.3 A implantação dos grupos escolares em Anápolis-GO.**

Não existem muitos estudos sobre os grupos escolares criados em Anápolis-GO, salvo o primeiro Grupo Escolar da cidade denominado atualmente de Colégio Estadual Antensina Santana e agora o Grupo Escolar “Padre Trindade”, atualmente denominado de Colégio Estadual Padre Trindade. Contudo, sabemos que houve sim, uma série de Grupos Escolares criados neste município que não foram ainda pesquisados.

No contexto de implementação e expansão dos grupos escolares no Estado de Goiás, vale destacar a criação do primeiro Grupo Escolar da cidade de Anápolis-GO. Criado pela Lei n. 213, de 1925, o mencionado grupo, teve, no decorrer da sua história, três denominações e duas sedes, sendo a primeira denominação Grupo Escolar Dr. Brasil Caiado (1926). Seu nome é “uma homenagem ao Presidente do Estado de Goiás em exercício durante o processo de criação e inauguração do Grupo (ABREU, 2015, p. 63). A segunda denominação de Grupo Escolar 24 de Outubro (1931) também como uma “homenagem à data da vitória da Aliança Liberal” (ABREU, 2015, p. 63) e a terceira de Grupo Escolar Antensina Santana (1949), em “homenagem à filha de Moisés Augusto Santana” (ABREU, 2015, p. 64). Sua primeira sede foi inaugurada, na Praça Moisés Santana, atualmente Praça das Mães, na rua Desembargador

Jaime, no dia 18 de março de 1926. A segunda sede teve sua inauguração realizada na Praça Santana, na Rua Arinesto de Oliveira Pinto, atualmente Rua Desembargador Jaime, no ano de 1945 (ABREU, 2015).



Imagem V – 1ª sede do Grupo Escolar (1926) Fonte: Museu Histórico de Anápolis.

Dezenove anos mais tarde, o então chamado Grupo Escolar de 24 de Outubro, encontra-se com necessidade de ampliar o espaço escolar, pois, “No ano de 1926, o Grupo funcionava com três turmas (1º, 2º e 3º ano) e, em 1944, o grupo funcionava em dois turnos com oito turmas” (ABREU, 2015, p. 62). Mesmo ministrando aulas em turnos diferentes a demanda obriga o grupo escolar a mudar de sede, já que na atual não é possível ampliar (ABREU, 2015).

Embora, tenha ocorrido a aprovação do projeto n. 8/1923 que se transformou na lei n. 151/1923 da criação do grupo escolar em Anápolis-GO, que se deu em 17 de março de 1923, apenas em “1925 foi autorizada a aquisição de um prédio para o grupo escolar (Lei n. 204/1925). E com a Lei n. 207, de 1925, houve a autorização das despesas para o grupo escolar” (ABREU, 2015, p. 60). Pois,

De acordo com a Lei n. 631, de 2 de agosto de 1918, o governo estadual pagaria ao governo municipal a metade das despesas com a construção do prédio escolar (Art. 23). Em contrapartida, o governo municipal deveria doar para o Estado o prédio destinado ao grupo escolar. (Lei n. 155/1923). [...] De acordo com a Lei Estadual n. 694, de 27 de julho de 1921 [...] 3º artigo (CONSELHO MUNICIPAL DE ANÁPOLIS, 1923 apud ABREU, 2015, p. 60).

A inauguração do Grupo Escolar Dr. Brasil Caiado teve suas despesas autorizadas pela Lei n. 210, de 1925, e contou com diversos representantes políticos, que no uso de suas palavras, agradeceram ao Estado por ter atendido a “solicitação dos políticos locais e do povo anapolino, com a criação do grupo escolar” (ABREU, 2015, p. 62).

A partir de 1975, o Grupo Escolar denominado, em 1949, de Antensina Santana deixa de ser grupo e passa a ser denominado como Escola Estadual de 1º Grau Antensina Santana, passando a oferecer gradativamente as 5ª e 8ª séries por meio da portaria n. 336, de 21 de janeiro de 1975. “Sendo tombado como Patrimônio Histórico da Cidade pela Lei nº 3.171, de 7 de dezembro de 2005” (ABREU, 2015, p. 68).

Neste contexto, de criação de grupos escolares, na cidade de Anápolis-GO, que se insere a criação do Grupo Escolar “Padre Trindade”.

## **CAPÍTULO II – GRUPO ESCOLAR “PADRE TRINDADE”**

*A escola é, antes de tudo, uma instituição intencional e especificamente educativa, cuja característica mais sobressalente é a sua localização em um espaço físico, em um lugar onde se encontram os docentes e os discentes. (MONTROYA, 1997 P.53).*

*A transmissão do saber ocupa um lugar, é em um lugar que se ocupam da transmissão do saber. (MONTROYA, 1997 P. 53).*

Anápolis é um dos municípios do Estado de Goiás, localizado no Centro-Oeste brasileiro, que compõe a região mais desenvolvida do Estado, o eixo Goiânia-Anápolis-Brasília. Contava em 1950, com uma área de 1.800 quilômetros quadrados, o que correspondia a 0,28% do território goiano (IBGE,1958).

Uma cidade de notável crescimento populacional, no decênio de 1940-1950, Anápolis teve o acréscimo mais expressivo do Estado, sendo que em 1940 possuía apenas 8.091 habitantes nas zonas urbanas e suburbanas e todo o município possuía 39.148. Em 1950, contava com uma população de 18.350 nas zonas urbanas e suburbanas enquanto em todo município era de 50.338 habitantes. O que colocou Anápolis na posição de primeira cidade mais populosa do Estado, depois da Capital (IBGE,1958).

Em sua zona urbana, na década de 1950, encontravam-se 24 comércios atacadistas, 464 varejistas, mais 108 varejistas nas vilas e povoados; 8 estabelecimentos bancários, sendo 1 matriz e 7 agências; 127 indústrias, sendo que destas, 46 possuíam mais de 5 operários. Assim, uma das principais atividades econômicas da população é a indústria de transformação e a prestação de serviços (IBGE,1958).

Dentro dos aspectos urbanos, observamos segundo os dados do IBGE (1958), que Anápolis contou com um índice de crescimento expressivo na construção civil.

Viu-se que existia no município, em 1950, 3.532 domicílios, para uma população de 18.350 habitantes, o que significa uma média de 5,2 pessoas por domicílio.

Em termos educacionais, o desenvolvimento não galgava como nos demais ramos da cidade. Pelo recenseamento de 1950, apenas 46% da população de 10 anos acima sabiam ler e escrever, uma realidade que não caminhava ao lado das conquistas e aspirações de uma cidade potencialmente em crescimento populacional e econômico (IBGE,1958).

Contudo, podemos ver que a instrução no município não foi largada à própria sorte. Pois, mesmo que a situação de instrução geral de Anápolis na data do Censo (1950), não era das melhores, 46,32% de alfabetizados, estimava-se uma melhoria de mais 50% para 1957 (IBGE,1958).

Para às crianças em idade escolar (entre 07 e 14 anos), o desenvolvimento do ensino em Anápolis melhorou significativamente no decênio de 1950, sendo que o desenvolvimento educacional passou de 51,05% (1950) para 61,08% (1956) e 65,08% em 1957 (IBGE,1958).

O cruzamento das fontes entre os dados do IBGE de 1950, 1956 e 1957 e o livro de exames finais do Grupo Escolar “Padre Trindade”, permite-nos atestar que o grupo estudado teve sua participação no desenvolvimento educacional da cidade, como podemos verificar na tabela a seguir

**Tabela I**

Número de crianças em idade escolar, que sabem ler e escrever e número de alunos do Grupo escolar entre os períodos de 1953 a 1957

<b>Anápolis</b>				<b>Grupo Escolar Padre Trindade</b>	
	<b>Crianças de 7 a 14</b>	<b>Sabem ler e</b>	<b>% sobre o total</b>	<b>Crianças alfabetizadas</b>	<b>% sobre</b>

	<b>anos de idade</b>	<b>escrever</b>			<b>o total</b>
<b>1950</b>	10.487	5.354	51,05%	51 (1953)	0,95%
<b>1956</b>	14.358	8.771	61,08%	146	0,16%
<b>1957 (estimativa)</b>	14.612	9.510	65,08%	219	0,23%

Fonte: (Censos Demográficos – IBGE do período) e Livro de exames finais do Grupo Escolar “Padre Trindade”.

Atestamos que o Grupo Escolar “Padre Trindade” foi um grupo participativo na instrução dos anapolinos, já que de acordo com o censo de 1957, das 9.510 crianças que sabiam ler e escrever 0,23% estavam matriculadas neste grupo. Essas fontes nos permitem dizer a importância educacional do Grupo que é objeto de estudo dessa dissertação.

Lamentavelmente, as pesquisas sobre os grupos escolares em Anápolis-GO, ainda são incipientes. Contudo, é possível um mapeamento inicial sobre a criação dessas unidades de ensino na cidade.

O primeiro grupo escolar da cidade foi criado pela Lei nº 213, de 1925, e é hoje o Colégio Estadual Antensina Santana. O projeto de Lei nº 57, de 28 de março de 1949, dispõe sobre a criação de três grupos escolares na cidade, nos bairros Jundiá, Santa Terezinha e Tiradentes. Foram criados sob a alegação de que faltavam na cidade de Anápolis estabelecimentos de ensino primários gratuitos, além disso, o grupo escolar existente estaria superlotado. Dessa forma, a criação de novos grupos escolares poderia socorrer as populações de bairros afastados que precisavam se deslocar até quatro quilômetros para receberem instrução no grupo escolar que se localizava na região central da cidade. O referido projeto de Lei, transformou-se na Lei nº 133, de 11 abril de 1949, que estabeleceu a criação de três novos grupos escolares na cidade de Anápolis-GO.

No acervo histórico do Centro de Documentação da Câmara Municipal de Anápolis, encontram-se alguns projetos de leis referentes à construção, à compra de

terrenos, reformas e outras demandas estruturais relativas aos grupos escolares da cidade.

O projeto de lei de nº 58 de 1948, dispõe sobre a reforma geral da escola Estadual de Goianaz – distrito da cidade de Anápolis – para receber provisoriamente as instalações do grupo escolar a ser criado pelo secretário de educação do estado de Goiás. O projeto de lei de nº 163 de 1949 dispõe sobre a compra de um terreno, situado na Vila Damolândia, para a construção do prédio para o grupo escolar, haja vista que a região não possuía nenhum estabelecimento de ensino primário (folha 4, 2º parágrafo, 4ª linha, projeto de lei de nº 163 de 1949). O projeto de lei de nº 142 de 1953 faz menção aos orçamentos da caixa escolar do grupo escolar Américo Borges de Carvalho.

Os estudos de Abreu (2019) verificaram que a atual escola municipal Eurípedes Almeida Martins foi criada como grupo escolar São José do Operário em 1961; a escola municipal Rosevir Ribeiro de Paiva foi criada em 1966 como grupo escolar n.2 Zita Duarte; a escola municipal Lions Anhanguera foi criada em 1969 como grupo Escolar Anhanguera; a escola municipal Tasso Barros Vilela foi criada em 1969 como grupo escolar Pioneiro JK e a escola municipal Profa Edine Rodrigues foi criada em 1970 como grupo Escolar São Jorge.

Há também na cidade atualmente alguns colégios estaduais que são originários de grupos escolares. Entretanto, não há ainda estudo sobre estas unidades de ensino.

Como já foi dito anteriormente, o dispositivo legal da Lei de nº 631 de 02 de agosto de 1918 estabelecia que o município devesse construir o prédio sede do grupo escolar e fazer a doação para o Estado. Entretanto, com a Lei nº 133, de 11 de abril de 1949, fica autorizado ao “Prefeito Municipal a contratar a locação de prédios adaptados aos grupos ou adquirir o que julgar conveniente” (art. 4º).

Mantendo o dispositivo da Lei nº 631 de 02 de agosto de 1918 e o Decreto de nº 8.538 de 12 de fevereiro de 1925, de que os grupos escolares devem funcionar em prédios próprios para tais unidades de ensino. A Lei de nº 133 de 11 de abril de 1941,

também passa para a prefeitura municipal os custos com o funcionamento dos estabelecimentos e seu quadro docente (art. 2º).

Isso explica a existência, a partir de 1949, de grupos escolares mantidos pelo governo municipal, pois até então estas unidades de ensino eram sustentadas apenas pelo Estado.

Neste contexto, este capítulo aborda a criação, a construção do edifício escolar “Padre Trindade”, seus espaços pedagógicos, as normativas do trabalho gestor e do trabalho docente e os registros deixados pelo Grupo.

## **2.1 A criação do Grupo Escolar “Padre Trindade”**

O Grupo Escolar “Padre Trindade” nasceu do projeto de Lei de nº 57, de 28 de março de 1949, e aprovado pela Lei nº 133, de 11 de abril de 1949. Em 1953, no dia 1º de abril, o Secretário da Educação, Cônego José Trindade da Fonseca e Silva, determinou a inauguração e imediata instalação do Grupo Escolar no bairro Jundiá, Anápolis-Go. Como o prédio do grupo não havia sido construído, o Secretário da Educação conseguiu junto às Irmãs Carmelitas a cessão do prédio em que funcionava a Escola do Pequeno Trabalhador para instalar o Grupo Escolar “Padre Trindade” provisoriamente.

No dia da inauguração do grupo escolar “Padre Trindade”, cidadãos e autoridades civis, tais como: Inspetores escolares, compareceram à solenidade, bem como a diretora e todos os funcionários do grupo que tomaram posse e assumiram o exercício de seus respectivos cargos. O relato do jornal da época “O Anápolis”, na cidade de Anápolis-GO, evidencia a satisfação dos anapolinos, em ver suas reivindicações atendidas pelo Estado, de criar novos grupos escolares no município.

Prosseguindo no patriótico trabalho de criar escolas, difundindo o ensino pelos quatro cantos do Estado, o atual Secretário da Educação, Revmo. Cônego José Trindade da Fonseca e Silva, que neste município, encontrou como coadjuvante dessa obra meritória o ilustre cidadão, Sr. João Luiz de

Oliveira, determinou a inauguração e imediata instalação do Grupo Escolar do Bairro Jundiáí. [...] Assim terminou num ambiente de intenso entusiasmo, a solenidade inaugural do Grupo Escolar “Padre Trindade” (DUARTE, SEBASTIÃO. Grupo Escolar “Padre Trindade”: Inaugurado o Grupo Escolar do Bairro Jundiáí, O Anápolis, Anápolis, 5 de abr. de 1953).

O que representou para a população do bairro Jundiáí da cidade de Anápolis, “grande melhoramento, um marco indelével do progresso”

“O Anápolis” congratula-se com os dignos diretores do ensino neste Estado e rejubila-se com a população do Jundiáí por este acontecimento de real importância para os destinos das novas gerações anapolinas. (DUARTE, SEBASTIÃO. Grupo Escolar “Padre Trindade”: Inaugurado o Grupo Escolar do Bairro Jundiáí, O Anápolis, Anápolis, 5 de abr. de 1953).

Embora a Lei de nº 8.529 de 2 de janeiro de 1946, prevê em seu Art. 32, parágrafo único que o nome das escolas primárias deviam ser homenagens póstumas,

Aos estabelecimentos de ensino primário poderão ser atribuídos nomes de pessoas já, falecidas, que hajam prestado relevantes serviços à humanidade, ao país, Estado ou ao Município, e cuja vida pública e particular possa ser apontada às novas gerações como padrão digno de ser imitado.

O Grupo Escolar “Padre Trindade”, recebeu esse nome como homenagem ao Cônego José Trindade da Fonseca e Silva, em vida, e secretário da Educação. Nascido na cidade de Jaraguá-GO no dia 07 de junho de 1904, filho de Ernesto Camargo da Fonseca e de Ernestina Luísa da Silva Fonseca, estudou no Ginásio Diocesano Santa Cruz de Goiás, passando em seguida para o Seminário de Mariana-MG. Foi Padre, Escritor, Secretário da Educação de Goiás entre 1951-1954; Diretor do Banco do Estado de Goiás entre 1959-1961; Presidente do Serviço Social Rural de Goiás, de 1959 a 1961. Sua carreira política se iniciou, quando se candidatou, nas eleições de outubro de 1950 a deputado federal pelo Estado de Goiás, quando era filiado ao Partido Social Democrático (PSD). Publicou dois livros, *Poliantéia* (1945) e

*Lugares e Pessoas* (1958). Morreu aos 58 anos, em 27 de fevereiro de 1962 (Fonte:[https://camara.custhelp.com/ci/fattach/get/12533/1524084920/filename/file\\_C\\_SILEGDEP\\_Trabalho\\_RelatorioPesquisaDeputado.pdf](https://camara.custhelp.com/ci/fattach/get/12533/1524084920/filename/file_C_SILEGDEP_Trabalho_RelatorioPesquisaDeputado.pdf).)



Figura1: Foto do Secretário da Educação do Estado de Goiás em 1953. fonte: [https://camara.custhelp.com/ci/fattach/get/12533/1524084920/filename/file\\_C\\_SILEGDEP\\_Trabalho\\_RelatorioPesquisaDeputado.pdf](https://camara.custhelp.com/ci/fattach/get/12533/1524084920/filename/file_C_SILEGDEP_Trabalho_RelatorioPesquisaDeputado.pdf).

No dia 1 de março de 1955, 2 anos após a inauguração, o Grupo Escolar “Padre Trindade” é instalado em prédio próprio, situado na rua Silva Pinto, no bairro Jundiaí em Anápolis, o que possibilitou a ampliação de novas séries e turnos, bem como o crescimento do corpo docente, do corpo discente e do quadro de funcionários (Livro de exercício do corpo docente do Grupo Escolar “Padre Trindade”, 1953 a 1977).

Em 1953, o Grupo Escolar “Padre Trindade” contava com uma diretora, três professoras interinas, uma professora substituta, uma porteira, uma porteira – servente, totalizando um quadro de sete funcionários no ano de 1953. E em 1955, o Grupo contou com uma diretora, dez professoras interinas, quatro professoras substitutas, uma porteira, uma porteira-servente, totalizando um quadro de dezessete funcionários.

### **2.1.1 O espaço do Grupo Escolar “Padre Trindade”**

O Grupo Escolar “Padre Trindade” foi construído em formato de T, observando o dispositivo do Decreto de nº 10.640 de 10 de fevereiro de 1930 que prevê em seu Art. 167 que os grupos escolares do Estado deveriam ser construídos em formatos de H. I. L, ou T. (GOYAZ, 1930). Com uma fachada simples, sem ornamentos, e sem muros que o cercasse. Embora perceba-se uma árvore plantada na entrada da escola, através do registro fotográfico, o Grupo Escolar “Padre Trindade” não possuía jardim frontal. O nível do Grupo Escolar “Padre Trindade” não está no mesmo nível da rua, percebe-se uma escadaria que dá acesso à entrada, com vários degraus, sugerindo um convite a uma elevação de nível, como pode ser verificado na figura 2.



Figura 2. Fachada do Grupo Escolar “Padre Trindade” 1955.  
Fonte: Álbum de fotografias da diretora Neuza de Paiva Chaibub.

Ao olharmos para a figura 2 e 3, vemos a fachada do Grupo Escolar “Padre Trindade”, onde do lado esquerdo percebemos uma divisão do espaço com janelas grandes voltadas para rua. O pavimento frontal como se vê na foto 3, nos permite perceber uma racionalidade na distribuição do espaço, do lado direito da imagem, percebe-se um espaço livre para recreação, do lado esquerdo da foto, salas que possivelmente eram subdivididas em sala de professores, sala da diretora, biblioteca.



Figura 3 - Prédio próprio do Grupo Escolar “Padre Trindade” – 1955. Fonte: álbum de fotografia do C. E. Padre Trindade



Figura 4. Prédio próprio do Grupo Escolar “Padre Trindade”. Imagem lateral – 1953. Fonte: álbum de fotografia do C. E. Padre Trindade.

Na figura 4, percebemos a presença de uma rampa que se estende por todo o pavimento e que dá acesso às salas de aula e outra rampa menor que dá acesso ao bebedouro.

Vê-se ainda, um espaço aberto para recreações como atendimento aos dispositivos presentes na Lei de nº 170 de 07 de agosto de 1937, que exige espaço aberto para a recreação ao ar livre.

A partir das imagens encontradas do Grupo Escolar “Padre Trindade”, e pela ausência da planta baixa do edifício da época, propõem-se um esboço da planta do edifício escola, como se vê abaixo na figura 5.

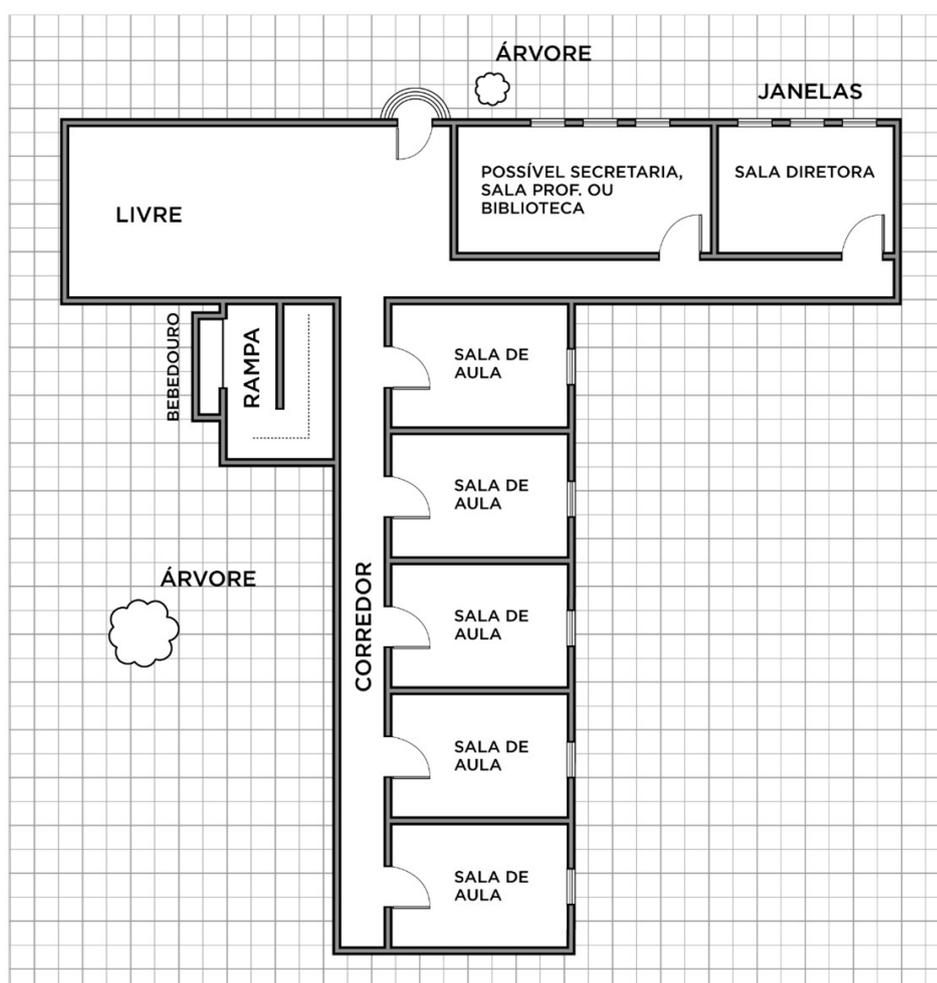


Figura 5. Planta baixa do Grupo Escolar “Padre Trindade”, feita pela pesquisadora a partir das imagens encontradas nos arquivos do atual Colégio Estadual “Padre Trindade”.

A análise das imagens mostra dois pavimentos simples, sem ornamentos, que juntos têm formato de “T”, com um espaço livre coberto e um não coberto para recreações, cinco salas de aula, com janelas posicionadas de frente para as portas,



Figura 6. Planta baixa do atual Colégio Estadual “Padre Trindade”, feita para recentes reformas.

Sabemos por meio de observações que o atual Colégio Estadual “Padre Trindade”, sofreu várias reformas ao longo de sua história até os dias atuais. Contudo, a escola não possui os projetos e plantas de todas essas reformas, apenas da última, representada na figura 6. Devido a essas reformas, o grupo escolar conta hoje com um número maior de dependências, a saber: oito salas de aulas, uma biblioteca com dois banheiros, uma sala para coordenação, uma sala para diretor, uma sala para secretaria, uma sala para recepção, duas salas para professores, uma sala para o arquivo morto, duas salas para DML (depósito de materiais de limpeza), uma sala de vídeos, uma sala de música, um depósito de esportes, uma sala para coordenação da merenda, uma área de serviços, uma cozinha e cantina, um refeitório, dois banheiros, sendo um feminino e outro masculino.

As imagens 4 e 5, e as visitas ao prédio atualmente, indicam que embora houve sim, várias reformas e modificações, pouco se mexeu na estrutura inaugural do prédio, pode-se notar que o formato em T ainda está presente. Portanto, acredita-se que a localização atual dos banheiros – que não pode ser percebida outrora mediante as fotos do Grupo – seja a mesma localização na construção inicial, com alterações e ampliações espaciais mediante as necessidades atuais.

### **2.1.2 O corpo docente e administrativo do Grupo Escolar “Padre Trindade”**

Em 1953, ano de fundação do Grupo Escolar “Padre Trindade”, o corpo docente estava assim constituído: 1 Diretora: Neuza de Paiva Chaibub. 3 Professoras interinas: Anésia A. Cecílio, Orezina Gusmão Leão e Julieta Gonçalves Guimarães. E 1 Professora substituta: Mirthes Cecílio.

No decorrer dos 20 anos do Grupo Escolar “Padre Trindade”, houve significativo crescimento do corpo docente, mediante dados coletados dos livros de

ponto dos professores, verificamos que a escola começou com três professoras em 1953, e no decorrer da sua história já contava com oitenta e três<sup>4</sup> professoras interinas e trinta e oito professoras substitutas.

Por meio das atas de reuniões dos professores, redigidas pela diretora e assistentes do ano de 1966 a 1973, verificamos que o cargo de professora substituta foi extinto em março de 1972, já o cargo de bibliotecária foi criado para substituir as ausências de professoras. A professora que se ausentar deveria mandar o plano de aula, para que haja continuidade no ensino.

Com base nas análises feitas nos livros de ponto das professoras e colaboradores do “Grupo Escolar “Padre Trindade”, a partir do dia 11 de março de 1963, as professoras mudaram a maneira de assiná-los, passando a assinar cada uma em seu respectivo número, contudo não se obedecia a uma ordem alfabética, assim, quando uma professora faltava ninguém assinava em seu número.

Quanto à constituição das diretoras do Grupo escolar “Padre Trindade”, dados coletados dos livros de ponto dos professores do Grupo, houve uma significativa evolução, como se pode observar no quadro IV, contando com seis diretoras, durante os vinte anos de Grupo Escolar. A saber:

#### **Quadro IV.**

Relação de nomes das diretoras do Grupo Escolar “Padre Trindade” 1953 a 1973

<b>NOME</b>	<b>DATA QUE ENTRou</b>	<b>DATA QUE SAIU</b>
Neuza de Paiva Chaibub	01/04/1953	01/03/1957
Lidia Branquinho Ramos	01/03/1957	30/08/1958
Luzia da Costa Azevêdo	01/09/1958	03/03/1960
Terezinha de Moura Ferreira	03/03/1960	06/03/1962

<sup>4</sup> A listagem do corpo docente do Grupo Escolar “Padre Trindade” pode ser verificada no apêndice I.

Nadyr de Souza Andrade	06/03/1962	05/04/1965
Francisca Freitas Ferreira	05/04/1965	Vai além do período analisado

Fonte: Elaborado pela autora.

Em vinte anos de funcionamento da escola como Grupo Escolar, pode-se observar na tabela acima, que houve seis diretoras exercendo a função. Observamos ainda, que cinco dessas mulheres ficaram em média dois anos e quatro meses em exercício. Enquanto Francisca Freitas Ferreira, ocupou a cadeira durante os oito anos finais do Grupo Escolar e ainda alguns anos a mais enquanto escola de primeiro grau, dado encontrado em livros de 1979, que não fazem parte desta pesquisa. Consideramos um quantitativo pequeno de diretoras, dada a quantidade de tempo do Grupo Escolar “Padre Trindade” e à quantidade das atribuições e responsabilidades dos diretores, estabelecidos nas leis e regulamentos analisados.

## **2.2 Os dispositivos legais da equipe escolar**

### **2.2.1 Normativas do trabalho docente**

A normatização das funções, dos deveres e ações da comunidade escolar dos Grupos Escolares, no país e no Estado de Goiás, aconteceu por meio de dispositivos legais federais e Estaduais, para que as ações pedagógicas e administrativas fossem estabelecidas, obedecendo um critério de padronização da gestão escolar e do trabalho docente. Era preciso, naquele contexto de disseminação da instrução pública pelo país, uniformizar, não apenas os métodos, o espaço e o tempo escolar, mas a prática pedagógica e administrativa das escolas primárias. Era preciso estabelecer critérios de contratação, e assim assegurar uma qualidade na educação, uma vez que a equipe que iria compor o quadro de funcionários dessas instituições de ensino seria composta de pessoas qualificadas e de reconhecidos

atributos profissionais, por meio de títulos e de atributos pessoais e por meio de comprovação de integridade moral.

Para o estudo deste trabalho, selecionamos alguns dispositivos legais encontrados na Lei de nº 631 de 02 de agosto de 1918; na Lei orgânica do ensino primário de nº 8.529 de 02 de janeiro de 1946; no Decreto nº 8.538 de 02 de fevereiro de 1925; do Decreto de nº 10.640 de 10 de fevereiro 1930; e do Regulamento nº 170 de 07 de agosto de 1937; e do Regulamento nº 805 de 28 de janeiro de 1949 e da LDB nº 4024 de 20 de dezembro de 1961.

A Lei de nº 631 de 02 de agosto de 1918 em seus Art. 10 e 11 classifica os professores em três categorias, a saber: professores efetivos, professores interinos e professores substitutos. A diferenciação dessas categorias se dava no campo de indicação, formação e tempo de trabalho. Os professores efetivos e professores interinos eram nomeados pelo Presidente do Estado, os professores substitutos por sua vez, eram designados pelos inspetores escolares. Eram considerados professores efetivos os que possuíam títulos, portadores de diplomas de qualquer Escola Normal e considerados professores interinos após completarem dez anos de serviços escolares (GOYAZ, 1918).

Quanto as ações da vida pessoal do docente, os dispositivos legais, analisados aqui, abarcavam questões de como o professor devia ser exemplo de moralidade e de respeito à lei, tanto na vida pública, quanto na privada. No Art. 12 da Lei de nº 631 de 02 de agosto de 1918, para o exercício do trabalho docente era requisito básico “para qualquer categoria de professor ter comprovada idoneidade moral” (GOYAZ, 1918).

No regulamento de nº 170 de 07 de agosto de 1937, em seu Art. 101 prevê que as ações dos professores dentro e fora da escola deveriam ser exemplo de moral e de respeito à Lei, tanto que no Art. 99 do referido regulamento, os professores que “praticarem atos contrários à moral e aos bons costumes” poderiam ser exonerados do cargo (GOYAZ, 1937). O que podemos verificar ainda, no regulamento nº 805 de

28 de janeiro de 1949, no Art. 102, é que o comportamento “público e particular” dos professores devia ser um modelo a ser seguido pelos seus alunos (GOYAZ, 1949).

Já na Lei de nº 8.529 de 02 de janeiro de 1946, em seu Art. 34 os professores só podiam exercer o magistério mediante a comprovação da nacionalidade brasileira, da maioria, de boas condições de saúde física e mental e mediante preparação adequada (BRASIL, 1946).

A análise da legislação acima mencionada nos evidencia que não houve muitas alterações das deliberações sobre a formação dos docentes, seus comportamentos profissionais e particulares, seus deveres e proibições

O trabalho do professor, de acordo com as Leis e Regulamentos aqui estudados, vão além de mediadores do processo de ensino – aprendizagem e da aquisição do saber na vida do aluno. Os dispositivos legais estabelecem deveres aos professores de caráter pedagógico, administrativo, assistencialista e social. E estabelece também as proibições.

Quanto aos deveres de caráter pedagógico, vemos exposto no Decreto de nº 8.538 de 02 de fevereiro de 1925, no Art. 137, o professor responsável por assumir a classe que lhe fora indicada; ensinar todas as matérias; manter a disciplina da classe; fazer-se presente no estabelecimento de ensino todos os dias úteis; fazer a chamada dos alunos; se policiar para que não ocorra ensino individual, manter sempre o ensino coletivo; evitar a fragmentação da classe, mantendo sempre a homogeneidade; não abandonar a classe em hora de aula e nem se ocupar com questões ou objetos não pertencentes à aula (GOYAZ, 1925).

Nas atribuições dos professores de caráter pedagógico, vemos os dispositivos do Decreto de nº 8.538 de 02 de fevereiro de 1925, reafirmados no Decreto de nº 10.640 de 10 de fevereiro de 1930 em seu Art. 249, pois são deveres dos professores,

1º - apresentar-se no estabelecimento quinze minutos antes da hora de início das aulas, afim de assistir à entrada dos alumnos; 2º - abrir e encerrar as aulas na hora regulamentar; [...] 5º - ministrar o ensino de accôrdo com os

princípios estabelecidos, [...] 9º - consagrar todo o seu tempo escolar á instrução e educação dos alumnos, ou dando lições ou orientando e dirigindo applicações praticas e outras formas de actividade dos alumnos em relação com os programmas do ensino e recommedações constantes deste Regulamento; [...] 11º - observar o dia da leitura, as quintas feiras, reunindo-se na bibliotheca do grupo ou na sala que for designada, dedicando, no minimo, duas horas a leituras, particularmente relativas a methodo de ensino, outras materias indispensaveis á cultura magisterial [...] (GOYAZ, 1930).

E no regulamento de nº regulamento nº 170 de 07 de agosto de 1937, que exigia dos professores...

[...] que comparecessem com devida antecedência nos estabelecimentos, e não se retirando antes do fim dos trabalhos; a adotar o método intuitivo, evitando a memorização; lecionar a partir dos livros adotados oficialmente; [...] (GOYAZ, 1937).

As ações de caráter pedagógico dos professores não foram descritas na Lei de nº 8.529 de 02 de janeiro de 1946, salvo que os professores deveriam ter a formação adequada, de acordo com o que já fora estabelecido por Lei (BRASIL, 1946). Já no regulamento de nº 805 de 28 de janeiro de 1949, vemos que as atribuições são reafirmadas mais uma vez, como,

[...] comparecer ao estabelecimento antes do início das aulas; adotar métodos educacionais aconselhados pelas autoridades no ensino e na educação moral e social das crianças; lecionar de acordo com os programas adotados; [...] (GOYAZ, 1949).

No âmbito administrativo, vemos algumas responsabilidades recaírem sobre os “ombros” dos professores, tais como os previstos na Lei de nº 631 de 02 de agosto de 1918, que era dever do professor, além dos deveres próprios da ação docente, organizar bem como explicar/ensinar as reuniões nos dias das festas nacionais, e a tarefa de realizar, uma vez por semana, passeios campestres com os alunos,

ampliando o contato deles com a natureza, com o objetivo de fazer da escola uma extensão do lar (GOYAZ, 1918).

Assim como no Decreto de nº 8.538 de 02 de fevereiro de 1925, que expõe como responsabilidade do professor manter em dia as assinaturas no livro de ponto e informar ao diretor do estabelecimento qualquer questão anormal que ocorre no Grupo escolar e instruir aos normalistas que estiverem em prática escolar, quanto ao método adotado (GOYAZ, 1925).

No Decreto de nº 10.640 de 10 de fevereiro de 1930, no Art. 249, vemos reafirmados essas atribuições administrativas dos professores, pois eles deviam,

[...] ter em dia o preparo das lições, cujo tema deve ser lançado no diário de classe; preparar, com antecedência devida, as lições, para o que terá um caderno a esse fim destinado, o qual deverá ser apresentado, quando pedido, ao exame do diretor do grupo e do inspector do ensino; [...] tomar parte nas conferencias de professores, convocada pelos directores de grupos, as quaes deverão realizar-se trimestralmente, de acôrdo com as instrucções que forem expedidas pelo conselho superior do ensino; fazer com zelo, sem borrões, rasuras e emendas, a escripturação escolar a ser cargo; [...] (GOYAZ, 1930).

E no Art. 250 do Decreto de nº 10.640 de 10 de fevereiro de 1930, vemos além das recomendações anteriores aos professores, que devem,

1º - proceder ao inventario a que se refere o artigo 105, n. 11; 2º - lançar no livro proprio, nota do material escolar que lhes for fornecido; 3º - conservar o predio e material escolar; 4º - distribuir, semanalmente, aos paes ou responsaveis o boletim de aproveitamento e procedimento dos alumnos; 5º - communicar ao Secretario do Interior e Justiça, no boletim mensal, o numero de visitas feitas á escola pelas autoridades escolares; 6º - remetter á Secretaria do Interior e Justiça devidamente visados pela autoridade escolar: a) dentro de 15 dias, após o encerramento da matricula, uma copia desta; b) até o dia 5 de cada mês, um boletim de que conste o numero de alumnos matriculados e frequentes, durante o mês antecedente; c) dentro de 15 dias, depois de findo o semestre, o mappa de frequencia e uma relação dos alumnos infrequentes; d) dentro de 10 dias, depois de terminados os exames da escola, um copia da acta respectiva, bem como do termo de promoções (GOYAZ, 1930).

E o Art. 101 do regulamento de nº 170 de 07 de agosto de 1937, afirma: “fiscalizar a saída dos alunos; elaborar minuciosamente um inventário sobre os utensílios da escola quando entram em exercício e quando o passam a outrem” (GOYAZ, 1937).

Dentro do caráter assistencialista, no Art 249 do Decreto de nº 10.640 de 10 de fevereiro de 1930, vemos o professor responsável por cuidados com a saúde e bem-estar de seus alunos, e é sua função observar qualquer alteração na aparência física das crianças. Assim, era em primeiro lugar de responsabilidade do professor fazer uma, “[...] inspeção diária dos alumnos, no momento de entrarem para a classe, observando-os do ponto de vista do asseio e procurando suprehender os signaes externos de doença [...]” (GOYAZ, 1930).

As funções dos professores de caráter social abarcam ações como,

7º - tomar parte nas reuniões do auditorio, concorrendo para a sua frequencia pelas famílias dos alumnos e participando das palestras instructivas, destinadas á divulgação de regras de hygiene e a interessar a assistencia pela vida da escola; 8º - promover a criação de associações complementares e auxiliares da escola, acompanhar a sua organização, oriental-as no funcionamento, interessando-as, por um contacto mais intimo e frequente com a escola, á sua vida, problemas, necessidades e aspirações; [...] comparecer às festas escolares. (GOYAZ, ART. 249, 1930)

Bem como inculcar em seus alunos os bons sentimentos como amor aos estudos e à escola; manter a ordem e disciplina da turma (GOYAZ, 1937) e ensinar o respeito aos mais velhos e os cuidados com os fracos e doentes (GOYAZ, 1949).

Para assegurar a qualidade da ação docente, algumas ações lhes foram vedadas, e a sua postura quanto ao que fazer e o que não fazer dentro e fora das instituições escolares foram normatizadas pelos dispositivos legais.

Estabelecido nos Art. 124 a 130 do Decreto de nº 8.538 de 02 de fevereiro de 1925, aos professores era vedado: a) ausentarem-se da sede escolar, durante o ano letivo, sem licença da autoridade competente; b) fumar e fazer uso de bebidas

alcoólicas em presença de alunos; c) leccionar matérias não contempladas nos programas; d) modificar ou alterar o horário escolar; e) ceder o prédio escolar para diversões ou para outro fim estranho ao ensino; f) ensinar particularmente a alunos em idade escolar, matriculados em estabelecimentos públicos, que, não frequentam; g) receber qualquer remuneração ou gratificação pelo ensino ministrado a alunos matriculados no estabelecimento onde tem exercício; h) aplicar aos alunos castigos físicos; i) conduzir, sem autorização especial da Secretaria do Interior e Justiça, os alunos incorporados a festas ou enterros (GOYAZ, 1925).

Dispositivos que foram reafirmados no Decreto de nº 10.640 de 10 de fevereiro de 1930, no Art. 251; e no regulamento de nº 170 de 07 de agosto de 1937, no Art. 102. Na Lei de nº 631 de 02 de agosto de 1918; na Lei de nº 8.529 de 02 de janeiro de 1946 e no regulamento de nº 805 de 28 de janeiro de 1949, não há prescrições quanto a proibições aos professores.

Todas essas prescrições nos revelam como a legislação foi um instrumento utilizado desde 1918, para normatizar, padronizar e uniformizar as ações pedagógicas de cada docente das escolas primárias tanto em Goiás, por meio de decretos e regulamentos Estaduais, quanto nos demais Estados do país por meio das Leis Federais.

As normativas quanto aos deveres docentes e a ação gestora, no contexto de criação dos Grupos Escolares, nos evidencia o quão importante a ordem e cumprimento dos encargos escolares.

Para dentro dos portões dos Grupos Escolares, todos tinham responsabilidades para se fazer cumprir uma rotina escolar a ser seguida pautada numa qualidade que tinha como base a observação dos horários, da higiene, dos prazos, dos comportamentos, das regras.

Para fora dos portões, cobrava-se uma postura diferenciada, “digna” de quem é componente desse novo local de instrução. Uma conduta elevada daqueles que frequentam e representam os palácios da instrução, do novo regime, do novo tempo político e educacional do país.

### **2.2.2 Normativas do trabalho gestor**

Quando pensamos em Grupos Escolares, logo nos remete o pensamento de que esta escola foi baseada principalmente em duas ideias: a racionalização pedagógica e a divisão do trabalho. Como figura central dessa racionalização pedagógica, vemos o elemento diretor escolar, que até o presente momento era um profissional que não existia. A função de diretor passa a existir com a organização dos Grupos Escolares.

Esse novo modelo de escola graduada, com seus novos métodos, seus novos programas de ensino, com um novo currículo, com seus espaços próprios e adequados às exigências pedagógicas, com tempos determinados, fez surgir a necessidade da figura de um gestor que pudesse ser o representante e responsável por toda a estrutura pedagógica e administrativa nos grupos escolares.

Ao ponderarmos sobre grupos escolares, a figura do diretor nos vem como elemento indissociável desse processo, pois é ele que irá organizar todo o trabalho que acontece dentro do ambiente escolar. O diretor surge como um personagem importante e inseparável da história de criação dos Grupos Escolares. O diretor pode ser considerado uma figura central, quando falamos de administração pedagógica dos grupos escolares. Foi criado como a bússola norteadora de todos os personagens que fazem parte do ambiente escolar, como poderemos verificar nas análises de suas funções posteriormente. É responsável por todas as ações praticadas pela sua equipe docente e administrativa.

O cargo de diretor exigia uma postura ainda mais criteriosa por parte do profissional que se dedicasse a essa função, e suas responsabilidades aumentam a cada demanda que surge dentro do ambiente escolar. Consequentemente, vemos uma cobrança maior, dado a posição de seu cargo. Para tanto, é certo que as funções do diretor precisassem ser normatizadas por meio de Leis e regulamentos. Dentro desses dispositivos legais, podemos identificar como as funções desse novo profissional do ensino, abarcam não apenas as atribuições do diretor, mas seu ofício

contemplam atividades de outros profissionais, como por exemplo, as de inspetor de alunos; de secretário; de departamento pessoal; de coordenação pedagógica; de docente; de disciplinador; e de serviço social.

Em Goiás, para ser promovido ao cargo de diretor do Grupo Escolar da capital, a escolha era feita mediante concurso público. Contudo, nas demais regiões do Estado, a nomeação para o cargo de diretor era de livre escolha do governo, desde que o escolhido fosse professor de um grupo escolar (GOYAZ, art. 26, 1918).

No Decreto 8.538 de 02 de fevereiro de 1925, vemos que para concorrer ao cargo de diretor, e assim, estar apto a participar do concurso, os professores concorrentes deveriam ser diplomados pela escola normal do Estado ou estabelecimentos similares. Os professores escolhidos para exercer o cargo de diretores dos grupos escolares do interior também deveriam ser diplomados, ainda que a escolha deste profissional fosse feita pelo presidente do Estado, de acordo com sua vontade (GOYAZ, 1925).

Identificamos ainda, um acréscimo na regulamentação para o concurso e seleção do profissional que iria ocupar o cargo de diretor. A Lei nº 8.529 de 02 de janeiro de 1946, acrescenta aos requisitos exigidos para se concorrer a vaga mediante concurso, o mínimo de três anos de experiência como professor e de preferência aqueles que possuíam uma qualificação em administração escolar (BRASIL, 1946).

Sabemos, por nossas vivências escolares, que o diretor escolar é a figura responsável por todas as deliberações dentro da escola e era a ele que tínhamos cultivado em nós um respeito e às vezes “medo”, pois éramos a ele encaminhados quando nosso comportamento não era adequado, por ser o único que tinha autoridade como nos advertir verbalmente, por escrito e até nos expulsar, aquele que fazia reuniões com os pais sobre os nossos comportamentos, aquele que a palavra final prevalecia. Sua presença impunha respeito e autoridade.

Contudo, na análise feita nos dispositivos legais aqui apresentados sobre os deveres do diretor, como aludido anteriormente, pode-se perceber, como

inicialmente, que suas funções vão além de autoridade escolar e como a normatização do seu trabalho como diretor hierarquizou sua posição dentro do ambiente escolar, atribuindo-lhe responsabilidades e autoridade que a outros não foram conferidas.

As deliberações legais nos mostram como o profissional diretor foi criado como um elemento essencial para o bom funcionamento administrativo e pedagógico dos Grupos Escolares. Suas funções, desde que fora criado o seu cargo, por meio dos dispositivos legais, o tornaram um profissional completo, fundamental e indispensável, repleto de atribuições e responsabilidades, pois suas funções perpassam por atribuições de outros profissionais, tais como: de inspetor; de secretário; de departamento pessoal; de coordenação pedagógica; de docente; de função social e muito mais.

Dentro de uma função específica de inspetor, verificamos que no art. 136 do Decreto de nº 8.538 de 12 de fevereiro de 1925, nos Arts. 102 e 103 do Decreto nº 10.640 de 10 de fevereiro 1930; no Art. 100 do Regulamento de nº 170 de 07 de agosto de 1937; e no Art. 101 do Regulamento nº 805 de 28 de janeiro de 1949, houve a preocupação de normatizar o ato de inspecionar e fiscalizar todos os trabalhos do Grupo escolar. Isto é, aplicar as penas estabelecidas no regulamento aos funcionários, estar apto para tomadas de decisões de caráter urgente, ainda que não estejam prescritos em regulamento, subjugando sua ação à aprovação do secretário do interior, como representante do grupo escolar.

Para além das funções de fiscalizar, o trabalho do diretor abarcava realizar tarefas de secretaria como lavrar em ata e manter o secretário do interior informado das questões pertinentes ao ensino, tanto da parte técnica quanto da administrativa. Concluir o livro de ponto cinco minutos antes das aulas, fazer anualmente a matrícula e a classificação dos alunos. Abrir e encerrar o livro de ponto, a entrada e a saída dos professores; organizar um boletim diário das ocorrências do estabelecimento, no qual se mencionem o número de alunos faltosos, as faltas dos professores, as visitas recebidas, os casos de indisciplina e tudo mais digno de registro, que ocorra durante

os trabalhos escolares, também era responsabilidade e dever do diretor do grupo escolar (GOYAZ, 1925; GOYAZ 1930; GOYAZ, 1937; GOYAZ, 1949).

Segundo as legislações supracitadas, o diretor como componente dotado de deveres, era o próprio departamento de pessoal da instituição escolar com incumbências de: dar posse aos funcionários, nomear substitutos temporários tanto para professor quanto para porteiro, contratar e demitir serventes, encaminhar as petições dos funcionários às autoridades superiores do ensino; organizar as folhas de pagamento dos funcionários e encaminhar cópias à secretaria do interior até a data do dia 05 de cada mês (GOYAZ, 1925; GOYAZ 1930; GOYAZ, 1937; GOYAZ, 1949).

Os encargos dos diretores dos grupos escolares são amplos e a coordenação pedagógica desse novo estabelecimento de ensino não poderia estar aos cuidados de nenhum outro componente. Ao diretor cabia a elaboração de mapas meses, sugerir ao secretário do interior um minucioso relatório abordando os movimentos do ano anterior apontando providências para melhorias no ensino. Cumprir e fazer conforme o regulamento e programa de ensino dos grupos escolares. Reunir-se com os professores a fim de tratar sobre questões pedagógicas, conscientizar o corpo docente e administrativo, por avisos, as resoluções e ordens superiores; designar a cada professor sua classe e sala. Fazer observar os programas e horários, a fim de que eles sejam cumpridos com rigor, zelar pela disciplina do grupo. Designar a cada professor uma classe e sala em que deva leccionar (GOYAZ, 1925; GOYAZ 1930; GOYAZ, 1937; GOYAZ, 1949).

Além de diretor do grupo escolar, era sua incumbência assumir a regência de um dos primeiros anos, ou seja, durante um turno, era um dos requisitos para o cargo, além de ter a função de substituir o professor assumindo a regência em sua ausência (GOYAZ, 1925; GOYAZ 1930; GOYAZ, 1937; GOYAZ, 1949).

Seu papel social fica bem definido quando os dispositivos legais normatizam que é obrigação do diretor do grupo escolar ser o representante em todas as relações externas (GOYAZ, 1925; GOYAZ 1930; GOYAZ, 1937; GOYAZ, 1949). E ainda cuidar

pelo esmero do prédio; velar pela boa guarda e conservação do edifício, móveis e material escolar, respondendo pelos danos consequentes da sua negligência; comparecer ao estabelecimento quinze minutos, pelo menos, antes da hora de início dos trabalhos escolares (GOYAZ, 1925; GOYAZ 1930; GOYAZ, 1937; GOYAZ, 1949).

Ser diretor de um grupo escolar era sem dúvida um cargo desafiador, como podemos verificar por meio de todas as suas obrigações normatizadas por Lei, pois se tratava mais do que assumir uma cadeira de destaque e reconhecimento. Era se incumbir de responsabilidades que outrora não existiam, e, portanto, não havia experiências anteriores. Logo, para o cumprimento de suas funções era imprescindível a observação dos dispositivos legais.

Da legislação supracitada vem regulamento após regulamento, reforçando os atributos dos diretores. A análise comparativa nos indica que não houve alterações das funções dos diretores, mas sim um reforço do que já foi definido. A Lei de nº 631 de 02 de agosto de 1918 e a Lei de nº 8.529 de 02 de janeiro de 1946, não trazem elementos minuciosos dos deveres do diretor escolar dos grupos escolares (GOYAZ, 1918; BRASIL, 1946).

### **2.3 Os registros do Grupo Escolar “Padre Trindade”**

Propomos uma análise sobre os tempos e espaços escolares dos Grupos Escolares, considerando um estudo sobre o teórico, o legal e a escola. Nossa análise versa sobre as reuniões de professores do Grupo Escolar “Padre Trindade” para verificação da realidade vivida na escola, o que de acordo com Viñao (2000) é uma prática que nem sempre se aproxima do que fora idealizado e/ou legalizado. Contando com duas fontes fundamentais para essa análise, temos: 1(um) livro de ata de exercícios do corpo docente (1953 – 1957) registrado pela diretora do grupo Neuza de Paiva Chaibub e 1 (um) livro de ata de reuniões do corpo docente (1966 – 1973); registros feitos durante a gestão da diretora Francisca Freitas Ferreira.

### **2.3.1 O livro de exercício do corpo docente**

O período entre 1953 a 1957, corresponde à gestão da diretora Neuza de Paiva Chaibub, temos registros de natureza administrativa, como as ações do corpo docente da instituição, contudo não encontramos registros das reuniões pedagógicas, mesmo elas estando prescritas em Lei.

A diretora Neuza registrou o ato de inauguração do Grupo, em 1953, e a partir de então, mês a mês, registrou cada ausência, transferências, e licenças das professoras do Grupo Escolar. Em 1955, também se ocupou de registrar o ato de instalação em prédio próprio o Grupo Escolar “Padre Trindade”. Cada detalhe administrativo do grupo fora registrado pela diretora Neuza, incluindo quem estava assinando os livros de ponto e quem estava excluído deles.

O livro de exercício de professores, mais parecia um livro de registro do tempo de magistério e o tipo de licença de cada professor, outros tempos identificados neste livro, são o tempo de admissão e de demissão das professoras durante o período de 1953 a 1957.

Quanto ao período entre março de 1957 a agosto de 1958, que corresponde ao período de gestão da diretora Lídia Branquinho Ramos, não foram encontrados os registros das reuniões de professores ou exercício de professores.

Também não foram encontrados registros das reuniões pedagógicas entre o período de 1958 a 1965, que corresponde ao período de gestão das respectivas diretoras: Luiza da Costa Azevêdo, período entre setembro de 1958 a março de 1960; Terezinha de Moura Ferreira, período entre março de 1960 a fevereiro de 1962; Nadyr de Souza Andrade, período entre março de 1962 a março 1965.

Contudo, não sabemos se a não existência de tais livros, se dá pelo fato deles terem sido incinerados em 1979, conforme aludido anteriormente, ou se apenas não houve o ato de escrevê-los.

Entretanto, entre os livros encontrados no acervo documental do Grupo Escolar “Padre Trindade” deparamos com os livros de ponto dos professores. Em

especial, o livro de ponto do ano de 1963, onde verificamos registros de algumas recomendações que passaram a ser registradas para os professores, nos dias 26 de março, 5 de abril, 8 de abril e no dia 14 de maio do referido ano. Nele, foram feitas recomendações para que os professores mantivessem os livros de ponto atualizados diariamente, e aqueles que tivessem com as assinaturas atrasadas que as colocassem em dia, a fim de evitar enganos.

Identificamos, neste livro, que os comunicados das datas das reuniões pedagógicas que aconteceriam no ano de 1963 eram registrados no livro de ponto dos professores. Percebemos aqui, uma estratégia para manter os professores atentos ao dever de assinar o ponto diariamente, pois caso alguma professora não tenha o hábito de preencher o livro de ponto diariamente – fato que percebemos por meio das muitas recomendações – ela não ficaria ciente das reuniões dos dias seguintes.

A fonte nos diz que as reuniões pedagógicas durante esse período aconteciam, contudo, não temos os registros delas, como aludido acima.

### **2.3.2 As atas de reuniões pedagógicas**

Verificamos, mediante as fontes, que no período entre 1966 e 1973, o dispositivo legal presente no parágrafo 29 do art. 101 do regulamento de nº 805 de 28 de janeiro de 1949, foi cumprido, quando a diretora juntamente com o corpo docente e administrativo do grupo escolar “Padre Trindade” se reuniam uma vez por mês nas dependências do grupo para tratarem de assuntos educacionais, registrando em atas de reuniões de professores (GOYAZ, 1949).

Essas reuniões foram oportunidades convenientes para tratar sobre os assuntos particulares do Grupo, o momento ideal para ajustar os detalhes que ainda deixavam a desejar. Dentro das fontes disponíveis encontramos informações, instruções, conselhos, avisos, estratégias, alertas e orientações tanto de cunho pedagógico quanto administrativo.

No teor administrativo, identificamos treze temáticas abordadas nas reuniões de professores, como orientações dos dispositivos legais; instruções da Delegacia de ensino; alertas sobre atrasos, faltas e licenças dos professores; aviso do fim da falta autorizada; apresentação de novas professoras; controle e limpeza dos banheiros; balanço da caixa escolar e a contribuição para ela; reorganização do lanche e sua distribuição; novas estratégias para a conservação do grupo; orientações sobre a reunião de pais e mestres e entrega dos boletins; alerta para agressões contra alunos.

De caráter pedagógico podemos indicar oito categorias abordadas em quase todas as reuniões no período estudado, como seleção de classes e classificação como: forte, média e fraca; a cartilha adotada; a compra dos livros de chamada; cooperação dos professores para manter a disciplina; colaboração para o desenvolvimento do jornal interno; orientações da Delegacia de ensino; maior aproveitamento das horas aulas; Orientação para as aulas de catequese; Estratégias para aulas de civismo.

Mediante tais categorias, elegemos para a análise sobre a realidade da escola, dentro da nossa categoria de análise tempos e espaços, dois temas de teor administrativo, são eles: alertas sobre atrasos, faltas e licenças dos professores e novas estratégias para a conservação do grupo; e dois de cunho pedagógico: cooperação dos professores para manter a disciplina; orientações da Delegacia de ensino; maior aproveitamento das horas aulas. Consideramos esses temas pertinentes para o desenvolvimento deste estudo, a fim de verificarmos a proximidade do real com o teórico e legal.

### **2.3.2.1 Orientações sobre o tempo e o espaço dentro da categoria administrativa**

O tempo escolar foi pauta em todas as reuniões pedagógicas, avisos, recomendações e admoestações sobre um melhor aproveitamento do tempo. Era

tema recorrente das atas de reuniões de professores do Grupo Escolar “Padre Trindade”.

Em fevereiro de 1966, na primeira reunião do ano, vemos que os atrasos são intoleráveis e que o tempo de aula deveria ser obedecido rigorosamente, pois quantos minutos atrasados uma professora chegasse à escola, seriam os minutos que deveria ficar depois das aulas no estabelecimento de ensino, a fim de se fazer cumprir o horário de ação docente (ATA DE REUNIÃO DO GRUPO ESCOLAR “PADRE TRINDADE”, fevereiro, 1966).

No segundo semestre do ano de 1966, aos 27 dias do mês de agosto, houve a primeira reunião do semestre que já se inicia com orientações sobre o tempo de trabalho e as faltas dos professores.

Prosseguindo, a secretária Antônia Cleuza Alcântara fez a leitura da circular que diz respeito ao cancelamento dos três dias, que a professora tinha direito cada mês. Diz ainda, que a professora que faltar terá o desconto correspondente na folha de pagamento, no final do mês, devendo a professora apresentar atestado médico com firma reconhecida, para ser enviado a Goiânia; se o afastamento for por mais de três dias, a professora terá que providenciar licença, sendo esta levada para Goiânia acompanhada de uma declaração da diretora (ATA DE REUNIÃO DO GRUPO ESCOLAR “PADRE TRINDADE”, agosto, 1966).

Por ser uma pauta recorrente nas reuniões pedagógicas do grupo escolar “Padre Trindade”, verificamos aqui uma dificuldade no cumprimento dos horários. Entretanto, vemos o cuidado da gestão em fazer com que o tempo escolar seja desempenhado conforme a legislação vigente na época. Vemos que as reuniões pedagógicas eram mecanismos utilizados pela gestão para engajar o corpo docente gerando um comprometimento com o tempo escolar.

Comprometimento esse, exigido também com a conservação do espaço escolar, suas dependências e materiais, por parte da gestão do grupo escolar “Padre Trindade”, o que nos evidencia uma observância aos dispositivos legais que normatizaram essa responsabilidade. Podemos verificar que no Decreto de nº 10.640

de 10 de fevereiro de 1930, no Art. 102 parágrafo 7º que velar pela guarda e conservação do espaço escolar era de responsabilidade do diretor do grupo, podendo ele responder por “danos consequentes da sua negligência (GOYAZ, 1930). Verificamos ainda, que no Art. 195 e no Art. 250, a responsabilidade de conservação do espaço escolar recai também sobre os ombros dos professores (GOYAZ, 1930).

Sendo assim, desde o primeiro ano de análise das atas de reuniões pedagógicas ao último ano, vemos uma aproximação do legal com a realidade da escola quando,

A diretora solicitou da ajuda das professoras no sentido de conservação e limpeza do Grupo. Para isso, agiremos da seguinte maneira: todo e qualquer rabisco ou sujeira que aparecerem nas paredes e nos móveis, serão limpados e consertados e o total da despesa será dividido entre os alunos. Essa medida será cumprida rigorosamente, pois quem faz o estrago não aparece e então todos pagarão por quem o fez (ATA DE REUNIÃO DO GRUPO ESCOLAR “PADRE TRINDADE”, agosto, 1966).

E quando em reunião pedagógica do ano 1973, a diretora pede para as professoras “orientarem os alunos no sentido de manterem a escola limpa, não sujando paredes, rasgando cartazes, ou jogando papéis no pátio” (ATA DE REUNIÃO DO GRUPO ESCOLAR “PADRE TRINDADE”, fevereiro, 1973).

Verificamos aqui, como tanto o tempo quanto o espaço escolar, eram elementos que recebiam atenção por parte da legislação goiana e da gestão escolar do Grupo Escolar “Padre Trindade”. Vemos que foram compreendidos como elementos significativos do processo de ensino e aprendizado das crianças.

### **2.3.2.2 Orientações sobre o tempo e o espaço dentro da categoria pedagógica**

O tempo pedagógico também era pauta presente nas reuniões da diretora Francisca, pois a gestão tinha consciência de que três horas de aula eram um período muito curto para o ensino e aprendizagem. Por meio dessas reuniões, a diretora

despendia de um tempo maior para orientar suas professoras a não se ausentarem da sala depois que começassem a lecionar, a fim de que o tempo de aula fosse aproveitado ao máximo (ATA DE REUNIÃO DO GRUPO ESCOLAR “PADRE TRINDADE”, 1966 a 1973). Atendendo mais uma vez as recomendações legais da Delegacia de ensino que solicitou a “cooperação das professoras, no sentido de que aproveitem ao máximo o horário de aula, evitando que os alunos fiquem sozinhos” (ATA DE REUNIÃO DO GRUPO ESCOLAR “PADRE TRINDADE”, agosto, 1966).

Em reunião de pais e mestres, vemos que o problema maior apresentado pela diretora e professores, era o tempo perdido por parte dos alunos advindos das recorrentes faltas que estavam gerando um inconveniente para o adiantamento da turma, e a colaboração e cooperação dos pais neste sentido era de vital importância para o bom andamento da turma.

No primeiro dia do mês de abril do ano de 1967, efetuou-se no galpão do “Grupo Escolar Padre Trindade” uma reunião dos pais dos alunos [...] o problema da falta de aula dos alunos, foi exposto aos pais, como prejudicial para o adiantamento da turma. Foi pedida a cooperação dos pais neste sentido, que a falta seja justificada através de um bilhete (ATA DE REUNIÃO DO GRUPO ESCOLAR “PADRE TRINDADE”, abril, 1967).

Vemos, como o tempo escolar, é um elemento tão significativo no processo de aprendizagem, que a perda desse tempo era vista como um problema que afetava não só aquele que faltava, mas toda a turma sofria as consequências quando o tempo não era por parte de toda comunidade escolar, observado e cumprido.

Dentro da prática docente, a conservação do espaço também era de responsabilidade dos professores que por sua vez deveriam fazer com que seus alunos observassem essa orientação. Também eram responsáveis pela disciplina dos alunos dentro e fora das salas de aula, assim como ensiná-los a manter o asseio das salas, corredores e pátios. Essas foram estratégias utilizadas pela diretora e professoras do Grupo para garantir a conservação do espaço escolar. Corroboramos, quando as fontes nos dizem que a diretora,

[...] pediu a colaboração das professoras para a disciplina dos alunos no pátio e quando eles entram para as classes [...] para quando der o sino não gritarem, não sujar o pátio com papéis, não derramar o leite etc, não sair do pátio durante o recreio (ATA DE REUNIÃO DO GRUPO ESCOLAR “PADRE TRINDADE”, março, 1969).

Notamos que após inúmeras reuniões, os mesmos assuntos eram motivos de solicitação de maior colaboração por parte dos professores e demais funcionários do grupo. Verificamos que a colaboração não estava sendo satisfatória ou talvez nem existia, dado a recorrência dos assuntos abordados nas reuniões pedagógicas, tais como: tempo de chegada, tempo de saída, tempo de recreação/descanso, conservação dos espaços mediante disciplina.

Todas as ações descritas nas atas de reuniões pedagógicas nos mostram como os tempos do Grupo Escolar “Padre Trindade” e seus espaços foram significativos para a comunidade escolar da época.

## CAPÍTULO III – O TEMPO ESCOLAR

*A distribuição e uso do tempo não só tem uma estreita relação com a ordem, importância e distribuição semanal e diária das disciplinas, como também com a metodologia empregada.*

*(VIÑAO, 2000 p. 99)*

A distribuição diária, semanal e anual do tempo e todas as atividades racionais e pedagógicas que nela ocorre faz parte da educação como um elemento básico da cultura escolar. Dentro das escolas, não há um só tempo, mas sim uma profusão de tempos. Falamos em tempos escolares, no plural, pois são múltiplos e apresentam diversas configurações e níveis, constituindo, assim, toda uma arquitetura temporal.

Para tanto esse capítulo se dispõe a mostrar detalhadamente que a distribuição, diária, semanal e anual do tempo escolar, se estabelece como elemento fundamental da organização do ensino. E que os tempos escolares são um tempo social e não são neutros ou um simples esquema em que se esvazia de educação, mas um produto cultural, a sequência contínua dos momentos em que acontecem as ações e processos educativos, e um:

tempo que reflete uns determinados suposições psicopedagógicos, e também uma determinada hierarquia de valores e das formas de gestão da escola, isto é, da cultura escolar; um tempo que mantenha umas determinadas relações com outros tempos sociais e que condicionam e está condicionado pelo ritmo da vida social e das modalidades ou níveis temporais existentes em cada momento; um tempo a interiorizar, junto com a ordem ou arquitetura temporal de cada sociedade, desde os primeiros aprendizados. Um tempo, portanto, para aprender; um tempo percebido de modo diferente pelos usuários e membros dos estabelecimentos docentes, ou por aqueles que são estranhos a eles, em função de seu relacionamento com eles mesmos e sua posição nessa comunidade. (VIÑAO, 1998 p. 130).

O tempo escolar, foi antes de tudo, pensado, elaborado, arquitetado para o fim que se desejava, a estrutura temporal do tempo escolar e sua distribuição não se deu ao acaso. E na natureza desta distribuição, se percebe, como nos traz Viñao (1998, p. 8) como “meios disciplinares”; “mecanismos de organização e racionalidade curricular” e “instrumento de controle externo”; não apenas dos alunos que compunham esse cenário acadêmico, mas para todos que fazem uso destes tempos, tanto dentro quanto fora das dependências das escolas.

Em se tratando do ensino primário do Estado de Goiás, a legislação goiana por meio da Lei de nº 631 de 02 de agosto de 1918, do Decreto nº 8.538 de 02 de fevereiro de 1925, do Decreto nº. 10.640, de 10 de fevereiro de 1930, o Regulamento de nº 170 de 07 de agosto de 1937, a Lei orgânica do ensino primário nº 8.529 de 02 de janeiro de 1946, e o regulamento do ensino primário do Estado de Goiás de nº 805 de 28 de janeiro de 1949 estabeleceu os tempos. A distribuição desses tempos nas instituições de ensino primário, para os Grupos Escolares, como primeiro tempo estabelecido, diz respeito as datas e horários específicos de início e término das matrículas de alunos aptos<sup>5</sup> a se matricularem.

Verificamos, ainda que as Leis, Decretos e Regulamentos do ensino primário no Estado de Goiás, dispõe sobre os meses e dias letivos e a quantidade de meses de férias dos Grupos Escolares. Como pode-se verificar no quadro V.

#### **Quadro V.**

Meses letivos / meses de férias na legislação goiana entre 1918 a 1961

<b>Legislação</b>	<b>Meses</b>	<b>Total meses</b>	<b>Meses de</b>	<b>Total de</b>
-------------------	--------------	--------------------	-----------------	-----------------

---

<sup>5</sup> Alunos aptos: Segundo o Decreto nº. 10.640, de 10 de fevereiro de 1930, em seu art. 110, não se fazia matrícula de crianças que: a) as crianças de idade inferior a sete anos completos; b) as que padecerem de moléstias contagiosas ou repugnantes; c) as imbecis e as que por defeito orgânico não puderem receber instrução; d) as que não estiverem vacinadas, onde houver serviço médico escolar, ou facultativo, encarregado ou não do serviço. Portanto, se nenhum destes fossem encontrados, a criança estaria apta a se matricular nos estabelecimentos de ensino primário.

	<b>letivos</b>	<b>letivos</b>	<b>férias</b>	<b>férias</b>
<b>Lei 631/1918</b>	Janeiro a novembro	9 meses	15 dias em janeiro, julho, 15 dias em novembro e dezembro	3 meses
<b>Decreto 8.538/1925</b>	Março a dezembro	8 meses e 15 dias	Janeiro, fevereiro, julho e 15 dias em dezembro	3 meses e 15 dias
<b>Decreto 10.640/1930</b>	Março a dezembro	8 meses e 15 dias	Janeiro, fevereiro, julho e 15 dias em dezembro	3 meses e 15 dias
<b>Regulamento 170/1937</b>	Fevereiro a novembro	8 meses e 15 dias	Janeiro, 15 em junho, julho, 15 dias em novembro e dezembro	4 meses
<b>Lei 8.529/1946</b>	A lei não define	10 meses	A lei não define	2 meses e 20 dias
<b>Regulamento 805/1949</b>	Março a novembro	8 meses	Janeiro, fevereiro, julho e dezembro	4 meses
<b>Lei 4024/1961</b>	Não dispõe sobre o período letivo.	-	-	-

Fonte: Elaborado pela autora

Na Lei de nº 631 de 02 de agosto de 1918, o ano letivo correspondia a nove meses, que se davam entre os meses de quinze de janeiro a quinze novembro, e não havia aula aos sábados. Já no Decreto de nº 8.538 de 12 de fevereiro de 1925, o ano letivo compreende oito meses e 15 dias, entre os meses de março a dezembro, com interrupções no mês de julho e de dezembro a fevereiro.

O Decreto nº 10.640 de 10 de fevereiro de 1930, estabelece o tempo letivo, seu início e término, os dias em que não haveria aulas, o ano letivo tem seu início definido no dia 1º de março e é encerrado no dia 15 de dezembro, somando oito meses e quinze dias letivos, contudo nesse período não haveria aula nos dias: a) aos domingos; b) a segunda e terça-feira de carnaval; c) a quinta, sexta-feira e sábado da semana santa; d) nos dias de eleição na sede da escola; e) na segunda quinzena de Julho. E as aulas deverão funcionar das 11:00h as 15:30h com meia hora para recreio. As determinações quanto aos horários de aula e interrupções não foram revogadas pelos regulamentos e lei subsequentes.

Na Lei orgânica do ensino primário nº 8.529 de 02 de janeiro de 1946, em seu art. 14 e 15, fica determinado que o período letivo será de dez meses, divididos em dois períodos separados por vinte dias de férias, sendo ao final do ano letivo determinado dois meses de férias antes que se inicie o outro ano escolar, as datas dos dias letivos e das férias, fica a critério das conveniências regionais.

No Regulamento do ensino primário do Estado de Goiás de nº 805 de 28 de janeiro de 1949, o ano letivo sofre alterações, fica estabelecido não mais dez meses como período letivo, mas sim oito meses divididos em dois períodos, intercalados por períodos de férias, a saber, de 1º de março a 30 de junho e de 1º de agosto a 30 de novembro, sendo estipulado período de férias de 15 de dezembro a 15 de fevereiro e de 1º a 31 de julho.

Vemos que ao longo dos anos por meio de Leis, Decretos e Regulamentos os tempos escolares sofreram alterações, embora não haja registro dos motivos de tais alterações, consideramos a possibilidade de se buscar adequar o melhor tempo

escolar por meio da legislação. Contudo, podemos verificar por meio do quadro VII, que o tempo escolar mais aderido fora de oito meses letivos com três meses e meio de férias.

Por meio das legislações citadas, fica determinado que sem motivo justificável e previamente autorizado pelo Secretário do Interior e Justiça, as aulas não poderiam ser suspensas, salvo em casos extraordinários locais, o que também seria avaliado posteriormente pelo Secretário e caso não se justifique os dias de suspensão de aulas, as mesmas seriam descontadas dos vencimentos do responsável, no caso do Grupo Escolar, o diretor.

Grupos Escolares poderiam funcionar em turnos diferentes, desde que não houvesse o número de classes suficientes. E seus horários de funcionamento foram determinados, como sendo o primeiro turno das 07:00h às 11:00h e o segundo turno das 12:00h às 16:00h com intervalo de trinta minutos. Caso o Grupo não tivesse a necessidade de ter mais de um turno os horários de início e término das aulas se dava das 11:00h às 15:30h, com interrupção de trinta minutos para recreio ao ar livre e em plena liberdade.

Para melhor aproveitamento do tempo na escola, é estabelecido por lei uma sequência racional dos afazeres pedagógicos, antes, durante e depois das aulas, fica determinado que os Grupos Escolares deveriam ser abertos quinze minutos antes do início das aulas, e todos os professores e demais funcionários deveriam comparecer neste mesmo horário, a fim de assinarem o livro de ponto, o qual deveria ser encerrado pelo diretor.

A execução do horário de aula se dava com um “toque” de aviso, para que tanto os professores quanto os alunos se organizassem em filas, para se dirigirem para suas respectivas salas de aula. O término de uma lição e o início de outra, se dava por um toque geral de sineta. Ao final dos trabalhos pedagógicos, os alunos e professores, deveriam se organizar em filas como no início das aulas.

No art. 133, fica determinado que a primeira semana letiva, se destinava as explicações para os alunos, sobre a escola, a classe a que pertenciam, as regras da

vida em comum e demais assuntos referentes a vida escolar, e os comportamentos que deveriam ser observados fora da escola (GOYAZ, 1930).

As festas escolares tinham como objetivo de despertar o estímulo entre os alunos e interessar a comunidade com a educação. Fica determinado que deve ser observado, além das datas nacionais e estaduais, algumas datas, tais como: em 19 de novembro, devia se fazer a festa da bandeira; 21 de setembro, a da árvore; na primeira quarta-feira de maio, o dia das mães; e no primeiro domingo ou feriado após os exames, a da entrega dos diplomas no curso (GOYAZ, 1930).

No que diz respeito ao tempo de turnos, o Decreto nº 10.640 de 10, de fevereiro de 1930 em seu art. 164, determina ainda que nenhum estabelecimento de ensino primário destinado a crianças em idade escolar, poderia funcionar no período noturno.

Com base na análise no Decreto 10.640 de 10 de fevereiro de 1930, e nos livros de pontos dos professores e funcionários, o Grupo Escolar “Padre Trindade”, procurou seguir o que fora estabelecido por lei. Como se pode verificar a seguir.

### **3.1 O TEMPO ESCOLAR DO GRUPO ESCOLAR PADRE TRINDADE**

#### **3.1.1 DIAS LETIVOS**

Para análise dos dias letivos do Grupo Escolar “Padre Trindade”, durante os vinte anos de funcionamento enquanto grupo escolar, tomamos por base a legislação mais próxima de seu ano de fundação. O regulamento 805 de 28 de janeiro de 1949, para essa análise propõe-se expor estes dados no quadro VI, como pode-se ver a seguir:

### Quadro VI.

Dias letivos do Grupo Escolar “Padre Trindade” de 1953 a 1973

<b>ANO</b>	<b>DIAS LETIVOS</b>	<b>TOTAL DE FERIADOS COMEMORADOS</b>	<b>TOTAL DE DIAS QUE NÃO TIVERAM AULAS SEM O REGISTRO DO MOTIVO</b>
<b>1953</b>	170 dias	6 dias	2
<b>1954</b>	198 dias	10 dias	0
<b>1955</b>	213 dias	7 dias	3
<b>1956</b>	218 dias	6 dias	4
<b>1957</b>	213 dias	6 dias	5
<b>1958</b>	206 dias	5 dias	2
<b>1959</b>	189 dias	10 dias	13
<b>1960</b>	191 dias	8 dias	10
<b>1961</b>	Livro não encontrado <sup>6</sup>	-	-
<b>1962</b>	Livro não encontrado	-	-
<b>1963</b>	187 dias	10	4
<b>1964</b>	Livro não encontrado	-	-
<b>1965</b>	166 dias	10 dias	2
<b>1966</b>	214 dias	10 dias	2
<b>1967</b>	212 dias	9 dias	5
<b>1968</b>	Livro não encontrado	-	-
<b>1969</b>	209 dias	7 dias	0

<sup>6</sup> Os livros de pontos referentes aos anos de 1961, 1962, 1964 e 1968, não foram encontrados pela pesquisadora nas dependências do atual Colégio Estadual Padre Trindade, onde os demais livros de pontos foram encontrados.

<b>1970</b>	181 dias	8 dias	1
<b>1971</b>	182 dias	8 dias	3
<b>1972</b>	179 dias	7 dias	6
<b>1973</b>	208 dias	10 dias	3

Fonte: Elaborado pela autora

O quadro VI mostra que no ano de fundação do Grupo Escolar “Padre Trindade”, em 1953, destoou dos demais anos letivos do Grupo, em relação a quantidade de dias letivos, pois, embora a inauguração do Grupo Escolar “Padre Trindade”, esteja registrado e divulgado pelo jornal local no dia 1º de abril de 1953 (quarta-feira), seus dias letivo se iniciaram em seis de abril do mesmo ano, e finalizou suas atividades pedagógicas no mês de novembro.

As aulas iniciaram no dia 6 de abril de 1953, (segunda-feira), ao observar o regulamento mais próximo do ano de inauguração do Grupo, o regulamento de nº 805/1949, percebe-se que não fora seguido as disposições quanto ao início do ano letivo, começando assim as aulas trinta e cinco dias após a data que estaria prevista no regulamento, o que nos leva a questionar o que poderia ter influenciado para essa delonga, seria por que a escola que emprestou as salas de aula, embora as tenham emprestado, poderia ter falta de outros materiais pedagógicos? Seria, por ainda, não ter uma estrutura pedagógica/administrativa e/ou curricular?

Levantamos estes questionamentos, porque no ano seguinte, ainda em prédio emprestado, podemos verificar que o ano letivo observa os dias de início e termino como o estabelecido em lei. Portanto, não foi o aspecto de estar em local emprestado, mas talvez por razões de não terem ainda uma estrutura pedagógica/administrativa, por ser o primeiro ano de funcionamento do Grupo. Pois, entendemos que o trabalho pedagógico não se dá apenas em sala de aula, mas sim em momentos que são dedicados aos planejamentos e reuniões para a exercício do funcionamento do ano letivo.

Por meio dos livros de pontos do Grupo Escolar “Padre Trindade”, verificamos que nos anos de 1969 e 1970, não houve aulas aos sábados, e que no ano de 1971, tiveram aulas aos sábados, contudo quinzenalmente. Embora a quantidade de sábados que não tiveram aulas seja um número expressivo, essa quantidade não alterou na quantidade de dias letivos de um ano para o outro. Mas o que nos inquieta é o que mudou, para que houvesse essas alterações nos dias letivos?

### 3.1.2 SEMESTRES

Analisando os dias letivos, do ponto de vista dos semestres, como disposto no quadro VII:

#### Quadro VII.

Semestres do Grupo Escolar “Padre Trindade” de 1953 a 1973

<b>ANO</b>	<b>DIAS LETIVOS DO 1º SEMESTRE</b>	<b>DIAS LETIVOS DO 2º SEMESTRE</b>
<b>1953</b>	69	101
<b>1954</b>	98	100
<b>1955</b>	99	114
<b>1956</b>	109	109
<b>1957</b>	104	109
<b>1958</b>	98	108
<b>1959</b>	86	103
<b>1960</b>	91	100
<b>1961</b>	Livro não encontrado	-
<b>1962</b>	Livro não encontrado	-
<b>1963</b>	89	98

<b>1964</b>	Livro não encontrado	-
<b>1965</b>	67	99
<b>1966</b>	115	99
<b>1967</b>	116	96
<b>1968</b>	Livro não encontrado	-
<b>1969</b>	92	117
<b>1970</b>	83	98
<b>1971</b>	92	90
<b>1972</b>	93	86
<b>1973</b>	101	107

Fonte: Elaborado pela autora

Verificamos que o 2º semestre sempre teve mais dias letivos em acareação ao 1º semestre. Isso poderia ser explicado por meio da análise dos livros de pontos onde vemos que na maioria dos casos, os anos letivos têm menos meses letivos no primeiro semestre do que no segundo.

### **3.1.3 FÉRIAS**

Os meses de férias do Grupo Escolar “Padre Trindade” podem ser verificados no quadro VIII,

#### **Quadro VIII.**

Férias do Grupo Escolar “Padre Trindade” de 1953 a 1973

<b>ANO</b>	<b>MESES</b>	<b>TOTAL</b>
<b>1953</b>	janeiro, fevereiro, março, julho e dezembro.	5 meses
<b>1954</b>	janeiro, fevereiro, julho e dezembro.	4 meses

<b>1955</b>	janeiro, fevereiro, julho e dezembro.	3 meses e 15 dias
<b>1956</b>	janeiro, 15 dias em fevereiro, julho e 15 dias em dezembro.	3 meses
<b>1957</b>	janeiro, 15 dias em fevereiro, julho e 15 dias em dezembro.	3 meses
<b>1958</b>	janeiro, fevereiro, julho e 20 dias em dezembro.	3 meses e 20 dias
<b>1959</b>	janeiro, fevereiro, julho e 24 dias em dezembro.	3 meses e 24 dias
<b>1960</b>	janeiro, fevereiro, julho e 26 dias em dezembro.	3 meses e 26 dias
<b>1961</b>	Livro não encontrado	-
<b>1962</b>	Livro não encontrado	-
<b>1963</b>	janeiro, fevereiro, julho e dezembro.	4 meses
<b>1964</b>	Livro não encontrado	-
<b>1965</b>	janeiro, fevereiro, março, julho e dezembro.	5 meses
<b>1966</b>	janeiro, julho e dezembro.	3 meses
<b>1967</b>	janeiro, julho e dezembro.	3 meses
<b>1968</b>	Livro não encontrado	
<b>1969</b>	janeiro, fevereiro, 20 dias em julho e 25 dias em dezembro	3 meses e 15 dias
<b>1970</b>	janeiro, fevereiro, dezembro e 16 dias em julho	3 meses e 16 dias
<b>1971</b>	janeiro, fevereiro, julho e dezembro.	4 meses
<b>1972</b>	janeiro, fevereiro, julho e 25 dias em dezembro.	3 meses e 25 dias
<b>1973</b>	janeiro, fevereiro, julho e 21 dias em dezembro	3 meses e 21 dias

Fonte: Elaborado pela autora.

Os meses de férias sofrem pequenas alterações ao longo dos vinte anos de funcionamento, somente no primeiro ano do Grupo Escolar que percebemos com menos meses letivos, assim sendo cinco meses de férias.

São doze anos com três meses ou três meses e meio de férias, isso nos revela que fora o período de férias mais adequado para o descanso anual. Três anos com quatro meses de férias e dois anos com cinco meses de férias. O que nós questionamos é quais fatores influenciaram para que esses três anos tivessem quatro meses de férias? E por que apenas dois anos teve cinco meses de férias? Seria por questões climáticas ou econômicas do município? Uma vez que sabemos que embora a legislação estabeleça os períodos de férias, a lei deixa a critério e conveniências climáticas de cada município para decidir os meses que lhes forem melhores para período de férias. Entendemos então, que não há nenhum comprometimento quanto aos meses de férias, uma vez que a própria legislação abre precedentes, das condições climáticas de cada região.

### **3.1.4 FERIADOS / DIAS FESTIVOS**

Os Grupos Escolares na cidade de Anápolis tinham mais do que o dever de educador, ou de um local com tempos específicos para a transmissão e aquisição do conhecimento. As festividades promovidas pelos Grupos e/ou as que participavam e as datas comemorativas que guardavam, mostra-nos seu papel social, e seu compromisso de dar visibilidade ao Grupo, e de fazer recordar datas significativas dentro do regime republicano.

Feriados nacionais, como Tiradentes, Independência, Proclamação da república e finados, foram observados desde o primeiro ano de funcionamento do grupo escolar “Padre Trindade”, assim como os feriados religiosos a saber semana

santa, corpus christis e páscoa, os demais feriados como carnaval também eram observados.

Quanto ao feriado em que se comemora o dia do professor ou o “dia do mestre”, somente no ano de 1959, ele passa a ser guardado e comemorado. Mas mesmo após o início desta observância, não era todos os anos que esta data era observada (ATA DE REUNIÃO DO GRUPO ESCOLAR “PADRE TRINDADE”, 1966).

A data de sete de setembro só não foi feriado para a escola em dois anos dos vinte anos de funcionamento do Grupo Escolar, a saber o ano de 1958 e o ano de 1969, quando esta data foi em dia de domingo. Em 1969, pela primeira vez a data de 15 de novembro, dia em que se comemora a proclamação da república, houve aula normalmente (ATA DE REUNIÃO DO GRUPO ESCOLAR “PADRE TRINDADE”, 1966).

Por meio do livro de Ata de Reunião do Grupo, do ano de 1966 até 1973 – único livro de ata de reunião de professores encontrado – pode-se conferir, que a seriedade em que se tratava as datas comemorativas e suas festividades, vão além dos feriados nacionais. No livro, foi registrado as reuniões que se despendiam para tratar de cada uma das festividades que seriam promovidas pelo Grupo, ou as que o Grupo iria ter participação (ATA DE REUNIÃO DO GRUPO ESCOLAR “PADRE TRINDADE”, 1966).

Em 1966, a diretora expõe a suas professoras que naquele ano, no dia em que se comemora o dia das crianças não haveria aula, mas que os alunos do grupo “Padre Trindade” seriam conduzidos e acompanhados de suas professoras, para o estádio da cidade, juntamente com os demais Grupos Escolares de Anápolis, para comemoração desta data. A reunião foi presidida pela diretora Francisca Freitas Ferreira, que abordou os seguintes assuntos:

- a) No dia da criança, a saber dia 12 de outubro, não haverá aula. Essa data será comemorada por todos os grupos de Anápolis, no Estádio Municipal Jonas Duarte. Lá haverá um show oferecido para as crianças anapolinas. A viação Aragarina ofereceu dez ônibus que serão utilizados para conduzir as

crianças de seus respectivos grupos até o Estádio, acompanhadas por suas professoras. As crianças que puderem, deverão levar os seus lanches e cada grupo ficará responsável pela apresentação de 2 números.

b) Está programado um passeio para as professoras e auxiliares desse grupo para o dia 15 de outubro “dia dos professores”, ficando ainda a se escolher o local para o referido passeio.

c) Os Grupos Escolares de Anápolis irão tomar parte nas festividades a serem realizadas na “Quinzena da Comunidade” e para isso cada grupo terá que colocar uma faixa nas ruas da cidade (ATA DE REUNIÃO DO GRUPO ESCOLAR “PADRE TRINDADE”, 1966).

Ao registrar que cada Grupo da cidade era responsável por duas apresentações no dia da comemoração, nos traz a compreensão de como os Grupos tinham a responsabilidade de se apresentar, enquanto instituição de ensino. Uma oportunidade generosa de se mostrar, para a comunidade Anapolina e de transmitir o seu valor enquanto escola.

A pauta de programação de um dia de descanso para as professoras no dia em que se comemora “o dia do professor” ou como abordado nas atas de reunião “o dia do mestre”, nos mostra um planejamento do tempo para o desfrute dos professores no dia dedicado a eles. Essa data se constitui como data significativa e nos revela toda uma organização racional, para manter um clima de valorização do trabalho docente. Um dia, um tempo, estabelecido, para que se possa desfrutar de um descanso merecido, daquelas que se dedicaram o ano todo a transmissão e aquisição do saber (ATA DE REUNIÃO DO GRUPO ESCOLAR “PADRE TRINDADE”, 1966).

Como fora aludido em reunião dos professores que o Grupo Escolar “Padre Trindade”, participaria, juntamente com todos os grupos escolares da cidade de Anápolis, da “Quinzena da Comunidade”, onde cada grupo deveria colocar faixas pelas ruas da cidade. Percebe-se a necessidade dos Grupos Escolares de se fazerem ver, e de se mostrarem como uma instituição participante e presente na vida social da comunidade (ATA DE REUNIÃO DO GRUPO ESCOLAR “PADRE TRINDADE”, 1966).

Dentro das dependências do Grupo Escolar “Padre Trindade”, além das festividades nacionais, havia tempos de festividades internas, como festas de encerramento dos trabalhos escolares de cada ano, e tais festas eram tratadas, elaboradas e executadas como a mesma dedicação que as demais festas do ano. Era comemorado a festa junina. Comemorava-se ainda os aniversários do 1º semestre no dia 30 de junho, festa esta, que se caracterizava como festa de encerramento do 1º semestre (Ata...,1966).

O que mais nos chama atenção dentre as comemorações internas do Grupo Escolar “Padre Trindade” é o tempo dedicado à uma festa específica, uma comemoração importante para a equipe gestora da escola, a festa de “agradecimento aos benfeitores do Grupo,

Ainda durante esta reunião foi planejada uma festa de agradecimento aos benfeitores do Grupo entre os quais foram citados: Dr. Henrique Fanstone, Dr. Ursilino Leão, Dr. João Osmar, Dr. José Elias, Professor Brasil, Lurdinha, Neuza Chaibub e outros. Em seguida houve a discussão de como seria realizada esta festa. Opiniões várias surgiram ficando decidido que a mesma seria no dia 04/11/1967. [...] Após esta cerimônia, oferecido pelas professoras haveria um coquetel aos benfeitores e membros da diretoria a associação (ATA DE REUNIÃO DO GRUPO ESCOLAR “PADRE TRINDADE”, 1966).

Um tempo dedicado as autoridades políticas e pertencentes a instrução pública em Anápolis, nos revela o cuidado da gestão do Grupo Escolar “Padre Trindade” em reconhecer a relevância de suas ações, como estas têm sido significativas para a manutenção da escola e motivar os benfeitores do grupo em manter suas ações de benfeitoria para com o grupo.

No ano de 1972, ainda como recurso para atrair a participação dos pais no ambiente escolar, encontramos o registro de uma reunião que abordava questões para os preparativos e distribuição dos afazeres para a comemoração do dia das mães, nas dependências do Grupo Escolar “Padre Trindade”. Por meio desse registro, verificamos o cuidado para que tudo fosse executado com excelência, cada

professora ficou incumbida de juntamente com seus alunos prepararem as lembrancinhas para as entregar as suas respectivas mães. Foi uma festa meticulosamente elaborada, contando com a presença de supervisores e figuras religiosas, com diversas apresentações, surpresas e presentes:

Aos 14 dias do mês de maio de 1972, às 08:30 horas, neste estabelecimento, com a presença da supervisora, da diretora, professoras e porteiras foi realizada uma festa em comemoração ao “Dia das Mães”. Cada professora, durante a semana que antecedeu a esta data, preparou junto a seus alunos uma lembrança para ser entregue às mães. A festa transcorreu em ambiente de muita animação e euforia. Após a apresentação de diversos números pelas crianças, o pastor Benedito Sant’Ana, especialmente convidado por D. Francisca, saudou as mães presentes, cumprimentando também à nossa Diretora, porque neste dia ela comemora o seu aniversário. Terminada a oração feita pelo pastor, D. Francisca chamou todas as mães funcionárias do estabelecimento e as homenageou com uma lembrança. Depois um delicioso lanche, com refrescos, foi oferecido às mães, presentes oferecidos pela diretora e meticulosamente preparado pelas serventes. Encerradas as comemorações para as mães dos alunos do Estabelecimento, o corpo docente organizou uma festa surpresa para D. Francisca. [...] em meio a grande alegria, discursos e vivas, todas as funcionárias do Grupo cumprimentaram nossa excelente e dinâmica diretora, finalizando assim, a festa (ATA DE REUNIÃO DO GRUPO ESCOLAR “PADRE TRINDADE”, 1966).

Tal registro nos permite identificar como essas datas, seus preparativos, sua organização e realização eram importantes, não apenas para os que estavam sendo homenageados, mas para todos os envolvidos, pode-se perceber que uma semana fora despendida para os preparativos desta festa, o que imagina-se que tenha causado a todos os participantes grande entusiasmo e expectativas para o dia da comemoração. A expressão “meticulosamente” utilizada para se referir a confecção dos presentes ofertados às mães, nos revela todo o cuidado e empenho ofertado para essa comemoração e o respeito que essa data significa.

A observância destas datas, a sua comemoração e a substituição das aulas por estas, nos revela uma cultura a que se pretendia perpetuar, um costume e uma

rotina a ser observada e seguida. Mostra um tempo claramente definido, o tempo de estudar, o tempo de festejar, o tempo de descansar, o tempo que se deve reservar para lembrar o feito que tal data representa. O tempo passa a ser usado como mecanismo transmissor aos alunos, professores, pais e todos que fazem parte, direta ou indiretamente da rotina escolar, de um ritmo social, valores a serem guardados e respeitados, o que transpassa os muros da escola, pois toda a sociedade é envolvida e impactada por tais feriados e comemorações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro de um cenário educacional degradante, na primeira república brasileira, vemos se levantar discursos de intelectuais da época que encaravam como missão combater as mazelas econômicas, políticas e sociais que o país enfrentava com uma única arma: a educação do povo. Vemos, nestes discursos, que os reformistas educacionais encaravam o analfabetismo do povo como o agente causador do improgresso e insucesso do país. E que, portanto, educar o povo era mais que uma obrigação do governo, mas era um contemplar da ascensão de um povo apto para o progresso, capaz de viver em sociedade e ter uma participação ativa na vida política, um cidadão carregado de civilidade.

Em face a uma realidade caótica que freava o progresso do país, a escola primária, no contexto brasileiro, é superestimada e encarada como transmissora dos valores morais e civis pertencentes aos ideais republicanos.

Dentre as escolas primárias criadas no país, vimos os grupos escolares se estabelecerem como uma escola modelo. Uma escola planejada em suas estruturas físicas e pedagógicas. Os detalhes da edificação, as preocupações com as questões de higiene e salubridade, a preocupação em construir locais de ensino que representava o objetivo e a missão que a escola primária brasileira estava assumindo, fez com que os grupos escolares no início da década de 1890, representasse a inovação no ensino do país.

Vimos neste estudo que essa nova modalidade de escola primária, trouxe uma nova configuração na organização física e temporal. Vimos que tantos os espaços quanto os tempos escolares nos dizem muito sobre os métodos utilizados. Dentro e fora muros dos grupos escolares percebemos que em cada espaço e em cada tempo há uma profusão de aprendizagens. Pois cada um dos espaços ocupados e cada tempo vivido dentro da escola estão repletos de significados, capazes de determinar formas de ensinar e formas de aprender.

Identificamos a importância do estudo desses espaços e tempos escolares, quando nos damos conta que, cada espaço que ocupamos nos molda e nos condiciona na maneira de aprender e de ensinar, que a cada espaço que nos encontramos temos uma forma de comportamento, e que a cada espaço que ocupamos nos proporciona uma experiência, uma vivência, uma conduta. Percebemos ainda que em cada tempo vivido, temos oportunidade de ensinar, de aprender, de absorver o que foi ensinado, temos o tempo de reflexão. Chegamos a conclusão que tanto os espaços quanto os tempos escolares são estudos que precisam ser aprofundados, pois não há espaço ou tempo escolar, neutro ou destituído de significado.

Logo utilizamos os tempos e espaços como categorias de análises para o estudo do Grupo Escolar “Padre Trindade” no período entre 1953 a 1973. Com aspirações de que esse estudo contribua e/ou colabore com outros estudos que virão, sobretudo para os estudos sobre grupos escolares da cidade de Anápolis e de Goiás. Pois como podemos perceber neste trabalho os estudos sobre grupos escolares em nossa cidade e Estado ainda são incipientes e carecem ser explorados. A fim de construirmos a história das instituições escolares da nossa região.

Procuramos alcançar os objetivos desse trabalho, através dos estudos dos autores que trabalharam a educação na primeira república, autores que estudaram os tempos e espaços escolares, e os que aludiram sobre os grupos escolares em São Paulo e em Goiás, aliada da documentação pertencente ao acervo da escola e a legislação referente a grupos escolares. Com o intuito de fazermos uma tríplice análise entre o que a teoria nos traz com os dispositivos legais e a realidade escolar.

Por isso, esse trabalho se inscreveu na concepção historiográfica renovada, precisamente na história cultural, pois faz recortes temáticos e diversifica fontes. Procurou-se diversificar, a partir das fontes produzidas pela escola como atas de pontos, livro de registros, livros de notas finais dos alunos, e livro de matrícula. Assim, o estudo foi desenvolvido com a pesquisa bibliográfica e análise documental.

Portanto, este trabalho se organizou em três capítulos: Quando no primeiro capítulo, por título “A criação dos Grupos Escolares no Brasil”, que teve como objetivo analisar a arquitetura temporal e espacial dos Grupos Escolares no Brasil no período republicano com foco em Goiás, especificamente a que ocorreu no Grupo Escolar “Padre Trindade” de Anápolis. Vimos como se organizou os grupos escolares em São Paulo e em Goiás, verificamos o cenário do Brasil recém republicano e as aspirações para uma educação capaz de fazer conduzir o país ao progresso que a república exprimia.

No segundo capítulo sob o título “A criação do Grupo Escolar Padre Trindade” abordamos como se deu a sua criação, sua construção, a estrutura física e o espaço do Grupo Escolar, a constituição do corpo docente do Grupo no período de 1953 a 1973 e, além disso, verificamos ainda as normativas sobre o trabalho gestor e docente, presentes nas legislações.

No terceiro e último capítulo deste trabalho, com o título “O tempo escolar do Grupo Escolar Padre Trindade” fizemos análise da distribuição diária, semanal e anual do tempo de todos os dias letivos do Grupo. O que nos possibilitou a verificação de um cuidado por parte da gestão do Grupo Escolar “Padre Trindade”, em obedecer aos preceitos da legislação vigente.

Vimos através das análises que este estudo nos possibilitou, que além dos tempos e espaços configurar em nós, formas de ensinar e aprender, tais tempos e espaços foram utilizados como mecanismos de disciplinas, instrumento para se fazer cumprir diretivas para o ensino, como nos traz os autores que estudam tempos e espaços mencionados neste trabalho.

Verificamos que os tempos e espaços foram nas foram bem definidos nos dispositivos legais, das legislações aqui analisadas.

Percebemos de acordo com a documentação da escola pesquisada, que houve um empenho em fazer cumprir as diretivas das legislações sobre os tempos e espaços escolares.

Identificamos que o cuidado na manutenção do espaço escolar como a observância do cumprimento do tempo escolar estava presente na legislação e na prática docente do grupo escolar.

Nas atas de reuniões pedagógicas do grupo escolar “Padre Trindade” encontramos os apelos recorrentes por parte da gestora para a conservação do espaço e o compromisso de toda equipe com o cumprimento dos horários.

Portanto, ainda que a comunidade escolar não tenha dado conta do quão significativo para o processo de ensino e aprendizagem os tempos e espaços podem ser, houve sim um cuidado por parte da legislação em estabelecer um espaço e um tempo próprio para a transmissão de saberes e verificamos ainda que houve práticas dentro da realidade escolar que buscava fazer cumprir essas diretivas.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Sandra Elaine Aires de. **A instrução na província de Goiás no século XIX.** São Paulo, 302p. Tese (Doutorado em Educação) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2006.

ABREU, Sandra Elaine Aires de. **As fontes de pesquisa e a escrita da história da educação em goiás: o grupo escolar Antensina Santana de Anápolis.** Educativa, Goiânia, v. 17, n. 2, p. 520-542, jul./dez.2015.

ALVES, Júlio. **Anápolis 1907-2007: cem anos de história.** Anápolis: Gráfica Terra Azul, 2007.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. Dossiê: Arquivos Escolares: Os arquivos escolares como fonte para a história da educação: **Revista brasileira de história da educação** v.5, n.2 [10], p. 193-220 jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/175/183>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

BRASIL. Decreto-Lei nº .8529 de 2 de janeiro de 1946. **Lei Orgânica do Ensino Primário.**

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881 - Publicação Original - Portal Câmara dos Deputados. Disponível em: <[www2.camara.leg.br](http://www2.camara.leg.br)>. Acesso em 2 de maio de 2018.

BRETAS, Genesco Ferreira. **História da instrução pública em Goiás.** Goiânia: CEGRAF-UFG, 1991. (Coleção Documentos Goianos, 21).

CARVALHO, Marta M. Chagas de. *A Escola e a República.* 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro. Do leitor ao navegador.** Conversações com Jean Lebrun. 1ª reimpressão. Tradução Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Editora UNESP, 1998.

DUARTE, SEBASTIÃO. Grupo Escolar “Padre Trindade”: Inaugurado o Grupo Escolar do Bairro Jundiáí, **O Anápolis**, Anápolis, 5 de abr. de 1953.

FERREIRA, E. C. S. **As instituições escolares de Cachoeira Dourada de Goiás: a interseção entre o público e o privado (1960-1971)**, UFU, 2017.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: \_\_\_\_\_. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história.** Tradução de Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOYAZ. Lei do Ensino Primário do Estado de Goyaz. **Secretaria do Interior e Justiça do Estado de Goyaz, 2 de agosto de 1918.** Arquivo Histórico Estadual – Goiás. Caixa de Regulamentos – Goiás.

GOYAZ. Decreto nº 8.538 de 2 de fevereiro de 1925. **Regulamento e Programma do Ensino dos Grupos Escolares do Estado de Goyaz.** Arquivo Histórico Estadual – Goiás. Caixa de Regulamentos – Goiás.

GOYAZ. Decreto nº 10.640 de 10 de fevereiro de 1930. **Regulamento do Ensino Primário do Estado de Goyaz.** Arquivo Histórico Estadual – Goiás. Caixa de Regulamentos – Goiás.

GOYAZ. Regulamento de Ensino Primário do Estado de Goyaz, 7 de agosto de 1937. **Arquivo Histórico Estadual** – Goiás. Caixa de Regulamentos – Goiás.

GOYAZ. Regulamento do Ensino Primário do Estado de Goiaz. **Diário Oficial Estado de Goiaz.** Ano 112. Goiânia, 5 de fevereiro de 1949. (Arquivo Histórico Estadual de Goiânia).

GRUPO ESCOLAR “PADRE TRINDADE”. **Álbum de fotografias 1953.**

GRUPO ESCOLAR “PADRE TRINDADE”. **Atas dos exames finais 1953 a 1973.**

GRUPO ESCOLAR “PADRE TRINDADE”. **Atas de exercício dos professores 1953 a 1957.**

GRUPO ESCOLAR “PADRE TRINDADE”. **Ata de reuniões do corpo docente 1966 a 1984.**

GRUPO ESCOLAR “PADRE TRINDADE”. **Diários de ponto 1953 a 1973.**

GRUPO ESCOLAR “PADRE TRINDADE”. **Livro de incineração 1979.**

I.B.G.E. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**: Conselho Nacional de Geografia e Conselho Nacional de Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 1957-1964. 452 p. 36 V. Disponível em: < <http://doc.brazilia.jor.br/Bibliografia/Enciclopedia-municipios-brasileiros-IBGE.shtml> >. Acesso em 25 abr. 2019.

JACOB, R.M. **Narrativas sobre o primeiro Grupo Escolar do Município de Ouvidor-GO.**, UFG, 2016.

MOGARRO, Maria João. Dossiê: Arquivos Escolares: Arquivos e Educação: a construção da memória educativa. **Revista brasileira de história da educação** v. 5, n. 2 [10], p. 75-99 jul./dez. 2005.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. 3ª. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

PINTO, Rubia-Mar Nunes. **Goiânia, no 'coração do Brasil' (1937-1945)**: a cidade e a escola (re)inventando a nação. 2009.

REIS FILHO, Casemiro dos. **A educação e a ilusão liberal**. Campinas: Autores Associados, 1995.

SANFELICE, J.L. História das instituições escolares. In: NASCIMENTO, M.I.M. [et.al.] (orgs.) **Instituições escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR:UEPG, 2007. (Coleção memória da educação). p. 75-94.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890 – 1910). São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998. (Prismas).

SOUZA, Rosa Fátima de; LOPES, Antonio de Pádua Carvalho. **Circulação e apropriações da escola graduada no Brasil (1889-1930)**: notas de uma investigação em perspectiva comparada. São Paulo, 2011.

VIDAL, D. (2005). Cultura e Práticas Escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa (Orgs.). **A cultura escolar em debate**: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa. Campinas, SP: Autores Associados, 2005 (Coleção Educação Contemporânea).

VIÑAO-FRAGO, Antonio, (2000). El espacio y el tiempo escolares como objeto histórico. **Contemporaneidade e educação** (Temas de história da educação). Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Cultura da Educação, ano 5, nº 7, p. 93-110.2000.

VIÑAO-FRAGO, Antonio. **Tiempos escolares, tiempos sociales** – La distribución del tiempo y del trabajo em la enseñanza primaria em Espana (1838-1936). Barcelona: Ariel, 1998.

## **Documentos**

Projeto de Lei Nº 213, 1925.

Projeto de Lei Nº 58 de 1948.

Projeto de Lei Nº 57 de 1949.

Projeto de Lei Nº 163 de 1949.

Projeto de Lei Nº 142 de 1953.

# APÊNDICES

<b>NOME</b>	<b>DATA QUE ENTROU</b>	<b>DATA QUE SAIU</b>
Julieta Gonçalves d. Reis	01/04/1953	
Anésia Abrão Cecílio	01/04/1953	
Oresina Gusmão Leão	01/04/1953	01/08/1953
Áurea Gonçalves Guimarães	22/08/1953	
Maria Auxiliadora da Silva	01/08/1954	
Maria Ignez Sepulveda	01/03/1955	
Elvira Crispim Ramos	01/03/1955	
Avani Bastos	01/03/1955	
Maria Madalena Salomão	01/03/1955	01/03/1956
Genesi Silva	01/03/1955	15/02/1956
Juracina Silva S. Loureiro	01/03/1955	15/02/1957
Maria Naziam B. de Siqueira	01/08/1956	
Lidia Branquinho Ramos	06/09/1956	01/03/1957
Maria de Lourdes N. Cordeiro	21/03/1957	
Cileudiva Barbosa Mendonça	01/03/1958	
Dalva de Siqueira	01/03/1958	
Geralda Florentina da Silva	04/03/1958	

Dalva Clementina e Silva	14/03/1958	
Alexandrina Floripes Figueira	02/04/1958	
Dalvina Maria Moura	08/09/1958	
Terezina de Araujo Silva	01/10/1958	
Irene de Siqueira	16/03/1959	
Alaide C. Pinheiro Mendonça	23/03/1959	
Ony Coelho Noleto	11/05/1959	
Odelina Oliveira de Sousa	02/06/1959	
Nívea de Oliveira e Silva	20/08/1959	
Zeli José de Alcântara Campos	24/08/1959	
Inácia Assis Fernandes	04/10/1960	
Irma M <sup>a</sup> . Pfrimer Oliveira	17/10/1960	
Isabel Cristina de Sousa Ortiz	07/11/1960	
Benedita Dalva de Siqueira	01/03/1961	
Emi de Siqueira	01/03/1961	
Aleima Aparecida Queiroz	17/04/1961	
Nancy Corrighio Parreira	06/03/1962	
Terezinha de Siqueira	06/03/1962	
Dulce Valente P. de Barros	06/03/1962	
Dinorah P. de O. Gomes	06/03/1962	

Emi Noletto	06/03/1962	
Terezinha Teles de Carvalho	06/03/1962	
Natália de Siqueira	06/03/1962	
Doraci Gonçalves Ferreira	11/03/1963	
Maria do Carmo Silva Matos	11/03/1963	
Valdette A. Costa Santos	11/03/1963	
Maria Eunice Rocha Casac	11/03/1963	
Nilza de Faria Pereira	11/03/1963	
Ivanilde Matos dos Santos	11/03/1963	
Djanira Rodrigues de Meneses	02/04/1963	
Iracy de Godoi	05/04/1963	
Telma D. Haully	13/08/1963	
Bernadete Maria Perilo	16/08/1963	
Márcia Vera Vasconcelos	19/08/1963	
Ana Irlanda S. Matos	03/09/1963	
Hilda Lemos de Sousa	18/09/1963	
Júlia Isac de Oliveira	06/02/1964	
Ariádne de Queiroz Gomes	24/03/1964	
Fátima Aparecida Godoy	05/04/1965	
Maria Lúcia Drumond Camargo	05/04/1965	

Maria Aparecida Jardim Burger	05/04/1965	
Marlene Gomes	05/04/1965	
Jacyra Assunção e Silva Aires	05/04/1965	
Terezinha Naves do Carmo	05/04/1965	
Maria de Lourdes Araújo	26/04/1965	
Marly Machado do Nascimento	14/05/1965	
Maria Regina Guedes Logrado	10/08/1965	
Elenice Lenza Fernandes	20/09/1965	
Syneide Agle Isaac	07/02/1966	
Josefa Ramos Batista	07/02/1966	
Nice José de Alcântara	07/02/1966	
Nazira Rosa de Jesus	01/08/1966	
Iedalúcia de Queiroz	1967	
Aurorá de Sá	1967	
Rosa	1967	
Elenice Leuza Fernandes	1967	
Vicentina Lira Vasconcelos	1967	
M <sup>a</sup> Madalena Ramos de Melo	1970	
Wilsônia Rodrigues Felury	1970	

Ivone Ambrósio de L. Abrahão	1970	
Stela	1970	
Madalena	1970	
M <sup>a</sup> Jacome	1970	
Reny	1970	
Rosalva	1970	
M <sup>a</sup> Geralda	1970	
Ana M <sup>a</sup> Lage	1972	
M <sup>a</sup> Natália Curado Fleuri	1972	

- Professoras substitutas

NOME	DATA QUE ENTROU	DATA QUE SAIU
Mirthes Cecílio	17/07/1953	
Helena Rosa Ferreira	28/03/1955	12/10/1955
Luzia da Costa Azevêdo	01/07/1955	01/09/1958
Dalcy Bezzi	29/10/1955	
Terezinha de Moura Ferreira	07/03/1956	07/12/1959
Natália Gonçalves Reis	24/04/1956	
Rita Ruth de Carvalho	27/04/1956	
Francisca Elza Ramos	18/06/1956	
Terezinha Tupá Santos	11/03/1957	
Edna Cirilo Ferrandini	18/03/1957	
Cenira Lopes de Oliveira	25/03/1957	

Nice Gomes Israel	07/05/1957	
Maria José Rabêllo	13/05/1957	
Maria Inês Marquezan	04/09/1958	
Antonia Rosaria B. A. do Carmo	02/03/1959	
Ana Dutra Souza	08/04/1959	
Marlene Camargo	13/05/1959	
Doris Teodora Carvalho	03/03/1960	
Nair Mendonça de Lima	03/03/1960	
Sônia Maria Mendes	24/03/1960	
Maria Aparecida Mendonça	04/04/1960	
Francisca Freitas Ferreira	01/08/1960	
Wilma M. Ferracioli	16/08/1960	
Dalva Margarida de Souza	12/09/1960	
Anízia Bezi	04/04/1961	
Regina A. Mercante dos Santos	12/04/1961	
Anália Clementina e S. Campos	10/04/1963	
Geny de Siqueira	06/05/1963	
Marlene Ramos da Silva	09/09/1963	
Geni Paulo Prado	11/09/1963	
Elmir Amélia de Oliveira	13/09/1963	
Antonia Cleuza de Alcântara	04/10/1963	

Marina Fernandes Maciel	10/10/1963	
Maria Alice Ferreira	14/10/1963	
Maria José Alcântara Abrão	09/03/1964	
Maria do Socorro da Silva	10/05/1965	
Semírames Rodrigues Batista	01/08/1966	